

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITOS FUNDAMENTAIS E A CONSTITUINTE DE 1988:  
UMA ANÁLISE TEÓRICA A PARTIR DA PERSPECTIVA DO  
DIREITO ACHADO NA RUA**

CLARISSA BEATRIZ DA CRUZ MENDES

Rio de Janeiro

2020/PLE

CLARISSA BEATRIZ DA CRUZ MENDES

**DIREITOS FUNDAMENTAIS E A CONSTITUINTE DE 1988:  
UMA ANÁLISE TEÓRICA A PARTIR DA PERSPECTIVA DO  
DIREITO ACHADO NA RUA**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Dr. Philippe Oliveira de Almeida**

Rio de Janeiro

2020/PLE

CLARISSA BEATRIZ DA CRUZ MENDES

**DIREITOS FUNDAMENTAIS E A CONSTITUINTE DE 1988:  
UMA ANÁLISE TEÓRICA A PARTIR DA PERSPECTIVA DO  
DIREITO ACHADO NA RUA**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Dr. Philippe Oliveira de Almeida.**

Data da Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Banca Examinadora:

---

Philippe Oliveira de Almeida

---

Júlia Avila Franzoni

---

André Luiz Souza Coelho

---

Hamilton Ferraz

Rio de Janeiro  
2020/PLE

## FICHA CATALOGRÁFICA

### CIP - Catalogação na Publicação

M538d      Mendes, Clarissa Beatriz da Cruz  
Direitos Fundamentais e a Constituinte de 1988:  
Uma análise teórica a partir da perspectiva do  
Direito Achado na Rua / Clarissa Beatriz da Cruz  
Mendes. -- Rio de Janeiro, 2020.  
67 f.

Orientador: Philippe Oliveira De Almeida.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade  
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2020.

1. Direito Achado na Rua. 2. Ditadura. 3.  
Constituinte de 1988. I. De Almeida, Philippe  
Oliveira, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a mim, por não desistir mesmo nos piores dias.

Após, agradeço a minha família que sempre me apoiou. Meus pais que são minha fortaleza e se dedicaram ao máximo, meu irmão que é meu melhor amigo.

Ao meu querido orientador Philippe Oliveira de Almeida, por quem nutro imenso respeito e admiração, sou grata por ter estado ao meu lado nesta fase tão importante, sempre de forma muito atenciosa e gentil.

Aos grandes amigos que a Faculdade Nacional de Direito me deu, sem eles a caminhada teria sido ainda mais árdua.

Por fim, agradeço à Faculdade Nacional de Direito por todo aprendizado que adquiri nos últimos anos, sendo capaz de usufruir de um ensino público, gratuito e de qualidade. Obrigada!

## **RESUMO**

O presente trabalho objetiva examinar de forma crítica e sob o viés d'O Direito Achado na Rua as violações de direitos humanos ocorridas na Ditadura Civil-Militar, as formas de resistência encontradas por diversos grupos e movimentos sociais. A partir disso, se pretende entender como os autores do movimento refletiram esse momento e o utilizaram como base para suas críticas e pensamentos. Por fim, busca analisar a Constituinte de 1988 e a efetividade dos direitos fundamentais prescritos nela sob a ótica d'O Direito Achado na Rua, assim como o que é o Constitucionalismo Achado na Rua e como ele se relaciona intimamente com o presente trabalho. Para isso, foi necessária a utilização das obras dos principais autores expoentes do movimento. Faz-se necessário a abordagem desse tema em função do cenário constitucional corrente, onde se discute a eficácia dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais; Direito Achado na Rua; Constituinte; Constitucionalismo Achado na Rua

## **RESUMÉN**

Este trabajo tiene como objetivo examinar críticamente, bajo la perspectiva del movimiento "O Direito Achado na Rua", las violaciones de derechos humanos ocurridas durante la Dictadura Cívico-Militar y las formas de resistencia de diferentes grupos y movimientos sociales. A partir de eso, se pretende comprender cómo los autores del movimiento reflejaron este momento y lo utilizaron como base para sus críticas y pensamientos. Además, desde la misma perspectiva, se analiza la Constituyente de 1988 y la vigencia de los derechos fundamentales allí prescritos, así como se expone qué significa el "Constitucionalismo Achado na Rua" y cuál su estrecha relación con la presente investigación. Para eso, se recurrió a las obras de los autores exponentes del movimiento. El abordaje del tema se hizo necesario en razón del escenario constitucional actual, en que se discute la vigencia de los derechos fundamentales.

Palabras-clave: Derechos Fundamentales; Direito Achado na Rua; Constitucion; Constitucionalismo Achado na Rua

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
I - DIREITO ACHADO NA RUA: CONCEITO E PROPOSTAS .....	10
1.1 Direito Achado na Rua: Conceituação .....	10
1.2 Ensino Jurídico nas Universidades e Acesso à Justiça .....	12
1.3 A oposição entre positivismo e jusnaturalismo .....	15
1.4 A Dialética em Lyra Filho .....	18
1.5 Direitos Humanos e o Direito Achado na Rua .....	21
II – ANÁLISE DA POLÍTICA DE VIOLAÇÕES A DIREITOS HUMANOS NA DITADURA E DOS MEIOS DE RESISTÊNCIA.....	23
2.1. Introdução.....	23
2.2 A Ditadura Civil-Militar e o papel do positivismo jurídico na violação de direitos .....	23
2.3 Trajetória feminina na ditadura .....	26
2.4 A Questão Indígena .....	28
2.5 Os Camponeses na Luta .....	31
2.6 Violência contra LGBT+ .....	33
2.7 Questão Racial.....	36
2.8 A luta estudantil.....	39
2.9 O movimento sindical.....	41
2.10 A Comissão Nacional da Verdade.....	43
2.11 O Direito Achado na Rua e a Ditadura Militar.....	45
III - DIREITO ACHADO NA RUA E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: UMA ANÁLISE DA CONSTITUINTE E SEUS EFEITOS “DEMOCRÁTICOS” NA APLICAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS .....	48
3.1 Introdução.....	48
3.2 Poder Constituinte .....	48
3.3 Processo Constituinte brasileiro de 1988 .....	50
3.4 Os Movimentos Sociais e a Constituição de 1988 .....	54
3.5 O Constitucionalismo Achado na Rua .....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	63



## INTRODUÇÃO

Após o período de Ditadura Civil-Militar, o Brasil passou por um processo de transição para a formação de uma nova constituinte. A Constituição de 1988 é considerada como um marco político brasileiro, uma vez que envolveu a presença de diversos grupos assim como movimentos sociais que buscavam ansiosamente que seus ideais fossem ouvidos e que uma nova formação de direitos fosse inaugurada.

O presente trabalho traz como objeto o Direito Achado na Rua, movimento que surgiu na Universidade de Brasília em meio à opressão do regime, bem como sua compreensão acerca do período da Ditadura Militar, sua leitura da Constituinte de 1988 e os resultados dela. A pesquisa adentra no movimento, demonstrando seus principais expoentes, sua origem, história, suas críticas ao juspositivismo e ao jusnaturalismo, a importância do núcleo de prática jurídica e extensão universitária, dentre outras questões, conforme será desenvolvido no primeiro capítulo do trabalho.

A partir do Direito Achado na Rua, pretendemos analisar criticamente as graves violações de direitos humanos ocorridas no período da Ditadura Militar e o quanto essas ofensas, assim como o regime ditatorial, influenciaram os pensadores que originaram tal movimento. No segundo capítulo, o trabalho abordará como diversos grupos sociais vivenciaram o período de opressão e foram capazes de encontrar formas de resistência para superá-lo.

O trabalho busca refletir como o Direito Achado na Rua alterou seu plano e abordagens, ao passar por uma transição da Ditadura para uma democracia; uma vez que o movimento surgiu em meio a um cenário de confronto com o “Direito oficial” instituído por um Estado autocrático, precisando então adaptar-se à Nova República, baseada em uma nova constituição que promove uma participação popular. Neste momento, as leis estatais não se constituem mais como uma imposição autoritária, mas sim como produto de discussões promovidas nos espaços públicos, portanto, é necessário repensar a contraposição entre o Direito das Ruas e o Direito do Estado.

É possível observar a relevância e pertinência deste tema, especialmente com o cenário político turbulento que o país se encontra. Esse estudo nos permitirá entender a nossa Constituição atual, elaborada após um regime ditatorial, sob uma perspectiva diversa, analisando-a sob a concepção do Direito Achado na Rua, examinando aspectos fundamentais da *Constituição Cidadã*.

Abordaremos também o olhar de alguns movimentos sociais que fizeram parte da Constituinte de 1988 e sua análise sobre a prática dos direitos fundamentais positivados. Além disso, procuraremos entender o que é o Constitucionalismo Achado na Rua e como ele se relaciona com o presente trabalho.

Neste sentido, abordaremos a necessidade de judicialização dos conflitos para a luta por direitos, bem como o uso da hermenêutica constitucional neste cenário, questão colocada em meio ao debate.

Para isso utilizaremos as obras de diversos e principais autores expoentes do movimento o Direito Achado na Rua, como Roberto Lyra Filho, José Geraldo de Sousa Junior, Alexandre Bernadino Costa, entre outros, que buscam agregar nas questões mais essenciais no tema abordado.

## I - DIREITO ACHADO NA RUA: CONCEITO E PROPOSTAS

### 1.1 Direito Achado na Rua: Conceituação

Nesse estudo, cabe inicialmente entendermos a concepção teórica do Direito Achado na Rua e suas questões, bem como sua interação com o contexto abordado.

A Nova Escola Jurídica Brasileira, que teve como precursor o jurista e professor Roberto Lyra Filho<sup>1</sup>, surgiu na Universidade de Brasília diante da necessidade de um Direito mais democrático e legítimo. Também conhecida como NAIR, em homenagem à esposa de José Geraldo de Souza Júnior, importante expoente do movimento, tal Escola reconhece como palco de criação do Direito a rua, esta compreendida não de forma literal, mas sim como uma representação do espaço público, onde se manifesta verdadeiramente a vontade popular. Neste sentido, Lyra Filho, citado por José Geraldo de Sousa Júnior<sup>2</sup>:

[...] O direito se faz no processo histórico de libertação enquanto desvenda precisamente os impedimentos da liberdade não-lesiva aos demais. Nasce na rua, no clamor dos espoliados e oprimidos e sua filtragem nas normas costumeiras e legais tanto pode gerar produtos autênticos (isto é, atendendo ao ponto atual mais avançado de conscientização dos melhores padrões de liberdade em convivência) quanto produtos falsificados (isto é, a negação do direito do próprio veículo de sua efetivação, que assim se torna um organismo canceroso, como as leis que ainda por aí representam a chancela da iniquidade, a pretexto da consagração do direito [...]<sup>3</sup>

Desta forma, resta salientar que trata-se de uma concepção surgida em um período histórico de grande relevância para a teoria crítica do direito no Brasil, repleto de convicções precisas e particulares. Ademais, “não é errado salientar, também, que a concepção da escola lyriana confluiu, ou melhor dizendo, flertou com outros movimentos críticos que se organizavam dentro e fora do país.”<sup>4</sup> Importa ressaltar que o movimento surgiu na década de

---

<sup>1</sup> Roberto Lyra Filho (1926 – 1983) foi um jurista brasileiro, fundador da Nova Escola Jurídica Brasileira em Brasília. Detentor de um pensamento jurídico de esquerda, Lyra Filho se dedicou, principalmente, em refletir o Humanismo Dialético, bem como a Filosofia e Sociologia Jurídica.

<sup>2</sup> José Geraldo de Sousa Júnior, profundamente influenciado por Lyra Filho é um dos grandes precursores do movimento d'O Direito Achado na Rua, que começou como uma linha de pesquisa e extensão de ensino na UNB com o intuito de qualificar diversas assessorias jurídicas de movimentos sociais

<sup>3</sup> SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito**. 2008. 338 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008, p. 193 apud LYRA FILHO, Roberto. 1982. **O Que é Direito**. 1ª. Edição, Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense.

<sup>4</sup> LEMOS, EDUARDO XAVIER. **Direito achado na rua, pluralismo jurídico, teoria crítica dos direitos humanos e a luta por direitos no Presídio Regional de Pelotas**. 2012. 206, [10] f., il. Dissertação (Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012, p. 40

1980, em meio a um cenário de ditadura militar brasileira, amplamente influenciado por um contexto externo mundial (manifestações contra a Guerra do Vietnã, Guerra Fria, movimento hippie, contracultura...) o que gerou um impacto grande na cena acadêmica.

O pensamento pilar é manifesto: Busca-se a retirada da discussão acerca do Direito dos livros e leis, colocando-a em um estudo de vivência, empírica e real. Vislumbrar o Direito como ele é no ambiente social, em lugar dos habituais fóruns e do ambiente acadêmico.<sup>5</sup>

José Geraldo de Sousa Jr., traz uma ótima definição do que versa realmente o Direito Achado na Rua:

[...] busca ser a expressão do processo que reconhece na atuação jurídica dos novos sujeitos coletivos e das experiências por eles desenvolvidas de criação de direito, a possibilidade de: 1) determinar o espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais que enunciam direitos ainda que contra legem; 2) definir a natureza jurídica do sujeito coletivo capaz de elaborar um projeto político de transformação social e elaborar a sua representação teórica como sujeito coletivo de direito; 3) enquadrar os dados derivados destas práticas sociais criadoras de direitos e estabelecer novas categorias jurídicas [...]<sup>6</sup>

Em síntese, o movimento Direito Achado na Rua objetiva assimilar o Direito como um representante da autêntica organização social da liberdade.<sup>7</sup>

Lyra Filho, apesar de apresentar preceitos provenientes do marxismo, não declara seu trabalho como marxista. O autor rejeita a percepção marxista do Direito, como um elemento puramente superestrutural e burguês, entretanto, absorve pontos na obra de Marx, no qual afirma que a atividade jurídica seria um arbítrio de uma classe convertida em lei. Não obstante, como demonstra Costa e Souza, “esse tipo de consideração a respeito do fenômeno jurídico desconsideraria, segundo a leitura de Lyra Filho, um dos mais primordiais conceitos do próprio fundador da teoria, o de dialética.”<sup>8</sup> Inclusive, em sua obra *O que é o Direito?*, Lyra Filho

---

<sup>5</sup> LEMOS, EDUARDO XAVIER. **Direito achado na rua, pluralismo jurídico, teoria crítica dos direitos humanos e a luta por direitos no Presídio Regional de Pelotas**. 2012. 206, [10] f., il. Dissertação (Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012

<sup>6</sup> SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito**. 2008. 338 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008, p. 193

<sup>7</sup> Ibidem, p. 193

<sup>8</sup> SOUZA, Nathalia Karollin Cunha Peixoto de; COSTA, Paulo Sérgio Weyl Albuquerque. **As diferenças entre o marxismo jurídico de Roberto Lyra Filho e Márcio Bilharinho Naves**. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 2818-2857, 2019, p. 2837

dialoga com o marxismo, entretanto não adere uma posição efetivamente marxista, para definir o mundo jurídico.<sup>9</sup>

## 1.2 Ensino Jurídico nas Universidades e Acesso à Justiça

O movimento do Direito Achado na Rua tem como um de seus principais debates o desenvolvimento no âmbito do conhecimento e ensino jurídico no Brasil, bem como sua relação com o acesso à justiça. Conforme reiterava Lyra Filho quanto a este tema: “Um jurista atual não pode mais receber o seu rubi de bacharel repetindo, com serenidade, ‘a cada um o que é seu’, como se fosse a serena verdade do Direito”. Assim, é plausível depreender que o operador do direito não deve se abster da questão de classes, tampouco da desigualdade social.<sup>10</sup>

Nessa esfera, a educação jurídica cada vez mais técnica e afastada da realidade social tornou-se uma realidade evidente e preocupante. Assim, é possível observar que, por diversos meios, existem tentativas de transformação dessa prática atual a partir de um processo de crítica ao ensino jurídico brasileiro, tal como um novo sistema de avaliação e classificação dos cursos de Direito no Brasil, elaborado pela OAB<sup>11</sup>.

Desta forma, Sousa Jr. compreende que essas tentativas de transformação, advindas de uma crise do ensino jurídico, tiveram como objetivo buscar possibilidades que aproximassem a compreensão do Direito com a sua realidade social, moral e política, concebendo, portanto, um novo modelo de conhecimento e ensino jurídico. Assim, seria necessário compreender a imprescindibilidade da criação de uma educação jurídica que contemple a diversidade e as mudanças das vivências sociais.<sup>12</sup>

Conforme esclarece Sousa Júnior:

---

<sup>9</sup> Cabe frisar que tal posicionamento é uma leitura realizada por Lyra Filho e aqueles que acompanham seu pensamento. Tal debate, que envolve a dúvida se há de fato uma descon sideração do Direito em Marx, dentro da perspectiva marxista é ainda bastante questionado e polêmico.

<sup>10</sup> LYRA FILHO, ROBERTO. **O Que é Direito**. 1ª. Edição, Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 1982, p 205 (versão digital).

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. OAB Ensino Jurídico: Parâmetros para Elevação de Qualidade e Avaliação. Brasília: Conselho Federal da OAB 1993

<sup>12</sup> SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito**. 2008. 338 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008, p. 174

[...] Nestas condições, o conhecimento do Direito opera, exatamente, na consciência das interações que toda atividade intelectual e prática constitui historicamente, articulando condições sociais e teóricas (Santos, 1994). O mundo jurídico não pode, com efeito, ser propriamente conhecido, senão, diz Michel Mialle (1979), “em relação a tudo o que permitiu a sua existência e o seu futuro possível. Este tipo de análise desbloqueia o estudo do Direito do seu isolamento, projeta-o no mundo real onde encontra o seu lugar e a sua razão de ser, e, ligando-o a todos os outros fenômenos da sociedade, torna-o solidário da mesma história social” [...] <sup>13</sup>

Em vista disso, é possível concluir que o movimento do Direito Achado na Rua se apresenta em defesa de um Direito que se manifeste, não como ordem cristalizada, mas sim como positivação de princípios libertadores, construídos por meio das lutas e movimentos sociais.

Para Boaventura de Sousa Santos, foi de fundamental relevância o envolvimento do movimento estudantil nos anos 1960, uma vez que ocorreram exigências profundas quanto à participação universitária nos meios sociais, além de atribuir às próprias universidades uma responsabilidade social mais abrangente neste cenário. Segundo o autor, essa exigência de responsabilidade social trouxe alguns posicionamentos distintos, visto que uma parcela de indivíduos criticava o afastamento da universidade e acreditava que esta deveria estar a serviço da comunidade, enquanto que “para outros tratava-se de denunciar que o isolamento fora tão-só aparente e que o envolvimento que ele ocultara, em favor dos interesses e das classes dominantes, era social e politicamente condenável”. <sup>14</sup>

Indispensável, deste modo, captar o real propósito dos Núcleos de Práticas Jurídicas das faculdades de Direito, visto que eles tem como objetivo buscar uma conexão com a comunidade nos quais estão inseridos, através da pesquisa, ensino e especialmente da atividade de extensão. Sob a perspectiva do Direito Achado na Rua, tais Núcleos não comportam uma parte do ensino do Direito, tampouco seriam periféricos ou acidentais, mas sim formariam um núcleo essencial, fundamental e estruturante dessa formação jurídica.

---

<sup>13</sup> SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. 1994. **Da Idéia de Universidade à Universidade de Idéias in Boaventura de Sousa Santos. Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós- Modernidade.** 2ª edição. Biblioteca de Ciências Humanas. Porto: Afrontamento; MIAILLE, MICHEL. 1979. **Uma Introdução Crítica ao Direito.** 1ª edição. Lisboa: Livros de Direito Moraes Editores apud SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito.** 2008. 338 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008, p. 176

<sup>14</sup> Ibidem, p. 182

É neste cenário que fortemente pode-se encontrar o movimento do Direito Achado na Rua. Tal proposta busca identificar e reconhecer inteiramente os direitos “não oficiais”, como o direito comunitário, local, popular, além de impulsioná-los a fim de defender as lutas das classes populares que operam nos meios rurais e urbanos em face de um direito oficial hostil ou frustrado. Caberia, desta forma, aos Núcleos de Prática Jurídica e às Assessorias Jurídicas Populares conjugarem “a dupla face da prática jurídica, nas suas dimensões de orientação política para o exercício profissional e de formação acadêmica preparatória para esse exercício”, buscando uma tutela verdadeiramente efetiva de direitos.<sup>15</sup>

Ao tratarmos da relevância dos Núcleos de Prática Jurídica nas universidades, bem como, das Assessorias Jurídicas populares, nos cabe entender seu papel na busca ao Acesso à Justiça.

Conforme bem explicita Boaventura de Sousa Santos, o acesso à justiça é uma manifestação ainda mais profunda do que a princípio possa aparentar, visto que envolve, não apenas restrições econômicas, mas também culturais e sociais provenientes de processos de socialização e de manifestação de valores dominantes cercados de impedimentos para transformações.<sup>16</sup>

Desta forma, Sousa Júnior argumenta:

[...]Assim é que novos projetos de intervenção, numa contínua re-conceitualização da assessoria jurídica na perspectiva “do uso emancipatório do Direito” são elaborados, deles transparecendo a percepção de que “a emancipação das pessoas envolvidas no trabalho (de assessoria jurídica), promovendo o acesso à informação e reflexão sobre o Direito”, leva a que as comunidades “possam, se assim quiserem, desenvolver ações políticas e jurídicas necessárias à satisfação dos anseios por um novo direito”. [...]<sup>17</sup>

Pode-se, portanto, ao unirmos tais compreensões, entender que, para que possa haver um verdadeiro acesso à justiça, capaz de transpor as barreiras já mencionadas, é necessário o

---

<sup>15</sup> SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. **Da Idéia de Universidade à Universidade de Idéias in Boaventura de Sousa Santos. Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós- Modernidade.** 2ª edição. Biblioteca de Ciências Humanas. Porto: Afrontamento. 1994 apud SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito.** 2008. 338 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008, p. 183

<sup>16</sup> Ibidem, p. 160

<sup>17</sup> SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito.** 2008. 338 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008, p. 185

uso emancipatório do Direito, o qual atenda às demandas dos sujeitos coletivos que se encontram impedidos em restrições econômicas, sociais e culturais.

Em vista disso, Luiz Otávio Ribas conceitua assessoria jurídica popular como

[...] uma prática jurídica **insurgente** desenvolvida por advogados, professores ou estudantes de direito, entre outros, voltada para a realização de ações de acesso à justiça e/ou educação popular em direitos humanos, organização comunitária e participação popular de grupos ou movimentos populares. [...] (grifo nosso)<sup>18</sup>

Ao falar de “prática jurídica insurgente”, o autor se refere a um Direito insurgente, originado dos conflitos sociais e das demandas populares, o qual se afastava dos “padrões da legalidade oficial”, ou seja, do modelo de Direito construído pelas classes dominantes. Neste cenário, apresenta-se evidente a relevância da assessoria jurídica popular, vez que busca a autêntica efetivação de direitos para as classes marginalizadas e oprimidas.

### 1.3 A oposição entre positivismo e jusnaturalismo

Preliminarmente, é necessário explanar acerca do histórico desses dois “modelos de ideologia jurídica”. A distinção entre o Direito Natural e o Direito Positivo, desde o período medieval, foi fundamental para a construção do ensino jurídico. No decorrer do século XX, essa diferenciação foi reafirmada de maneira que conseguimos observar escolas juspositivistas e jusnaturalistas se antagonizando, lutando pelos corações e as mentes dos estudantes. As teorias críticas do Direito que emergiram nas décadas de 1960 e 1970, em especial o Direito Achado na Rua, vão derrubar essa dicotomia.

No que tange ao debate entre esses dois modelos de ideologia jurídica, Lyra Filho propõe entender o fenômeno jurídico fora dos padrões clássicos. Ele argumenta que diversos autores que se propuseram a se afastar de tal dilema basicamente falharam. Isso porque na própria fundamentação dos argumentos que se pretendia ser diferente, ali mesmo se localizava a oposição entre os modelos, algo que se pretendia evitar: a contraposição entre direito positivo e direito natural.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> RIBAS, LUIZ OTÁVIO. Assessoria jurídica popular universitária. **Captura Críptica: direito, política e atualidade**. Florianópolis, v. 1, n. 1, jul./dez. 2008, p.253

<sup>19</sup> LYRA FILHO, ROBERTO. **O Que é Direito**. 1ª. Edição, Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 1982, p 252 (versão digital).



Desta forma, a título exemplificativo, conforme o autor:

[...] o jurista alemão Hans Welzel afirma expressamente que não é iurisnaturalista e, no entanto, admite certos princípios fixos, inalteráveis, anteriores e superiores às leis e que nenhum legislador pode modificar validamente. Por isso mesmo é, comumente, classificado como um adepto do direito natural. [...] <sup>20</sup>

Lyra Filho também traz exemplo de outro autor que pretende se afastar dos modelos clássicos:

[...] Assim, Miguel Reale, entre outros, recusaria a classificação como positivista e, no entanto, para este filósofo do Direito, é na ordem que se encontra a raiz de toda a elaboração jurídica: “em toda a comunidade, é mister que uma ordem jurídica declare, em última instância, o que é lícito ou ilícito”. [...] <sup>21</sup>

Assim sendo, Lyra Filho condenou inúmeras vezes o positivismo, bem como enfatizou a forma que ele reflete um componente de alienação, o qual corrobora com falsa noção de que o Estado simboliza um bem comum, e não as inclinações dos grupos dominantes. Na perspectiva do autor, são inocentes as tentativas de tornar mais justo o Direito oficial<sup>22</sup>, vez que este encontra-se intrinsecamente relacionado a uma organização política compromissada com a continuidade de estruturas de dominação de certas classes e grupos.<sup>23</sup>

Por outro lado, Lyra Filho se opunha frontalmente à visão fixista dos jusnaturalistas, na qual identificava concepções diversas ao componente historicista da dialética a qual sustentava, vez que o jusnaturalismo aborda os “valores legítimos como dados da natureza e não como resultados de processos históricos”.<sup>24</sup> Desta forma, ainda que fosse antipositivista, o jurista não buscava uma volta ao jusnaturalismo, mas sim uma superação dialética de ambos os modelos.

O principal precursor do movimento Direito Achado na Rua irá se debruçar especialmente sobre o positivismo, em razão deste modelo jurídico ser predominante na

---

<sup>20</sup> LYRA Filho, Roberto. **O Que é Direito**. 1ª. Edição, Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 262

<sup>21</sup> Ibidem; Miguel Reale não se considerava nem juspositivista, nem jusnaturalista, mas, sim, jusculturalista. Para o autor, tal como para os jusnaturalistas, existem valores que transcendem a positividade do Direito – mas, em sua leitura, esses valores não são eternos e imutáveis, e, sim, produtos de tradições histórico-culturais. E, se o Direito oficial deve ser observado, é porque traduz, concretamente, esses valores culturais. Para Reale, a norma positiva reforça o valor histórico, e o valor histórico se exprime e se manifesta por meio da norma positiva.

<sup>22</sup> Após a redemocratização, o Constitucionalismo Achado na Rua também tentou tornar o Direito oficial mais justo, assim, também poderíamos considerar tal movimento como ingênuo

<sup>23</sup> COSTA, Alexandre A.; COELHO, Inocêncio M. **Teoria Dialética do Direito. A filosofia jurídica de Roberto Lyra Filho**. Brasília: Faculdade de Direito - UNB, 2017.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 26

atualidade entre os juristas, em consequência do modelo econômico capitalista ao qual estamos submetidos.

Sinaliza Lyra Filho que o positivismo encontra-se intimamente relacionado à ideia de que o Direito é justo pois ordenado; assim, em tal modelo não caberia discutir ou criticar injustiça nas normas, visto que injustiça não seria um problema jurídico.

Dessa forma, o autor expõe:

[...] De todo modo, as normas — isto é, como vimos os padrões de conduta, impostos pelo poder social, com ameaça de sanções organizadas (medidas repressivas, expressamente indicadas, com órgão e procedimento especiais de aplicação) — constituem, para o positivismo, o completo Direito. E note-se que, no caso, se trata das normas da classe dominante, revestindo a estrutura social estabelecida, porque a presença de outras normas — de classe ou grupos dominados — não é reconhecida, pelo positivismo, como elemento jurídico, exceto na medida em que não se revelam incompatíveis com o sistema — portanto, único a valer acima de tudo e todos — daquela ordem, classe e grupos prevaletentes. [...] <sup>25</sup>

Em suma, o expoente aduz que os positivistas, ao falarem em Direito, se referem na verdade a um conjunto de normas, um sistema que interessa fatalmente a classe e grupos dominantes, e, deste modo, estaria bem longe de refletir a realidade social.

Nesta esfera, Marilena Chauí, do mesmo modo, numa tentativa de ultrapassar a oposição filosófica entre o positivismo jurídico e o idealismo iusnaturalista, esclarece que, dado que o Direito remete-se à garantia da liberdade representada pela lei justa, não é possível desviar-se das questões sociais e políticas, nas quais, através dos conflitos e embates, a sociedade elabora verdadeiramente as condições onde o Direito, como manifestação histórica do justo, pode ou não realizar-se.<sup>26</sup>

Da mesma forma, Eduardo Xavier Lemos observa como uma das grandes questões do positivismo a abundância de normas jurídicas existentes que se originaram tanto de acordos internacionais, quanto de processos legislativos, uma quantidade tão exorbitante que se tornou

---

<sup>25</sup> Ibidem, p. 314

<sup>26</sup> CHAUI, MARILENA. 1986. **Roberto Lyra Filho ou da Dignidade Política do Direito in Lyra**, Doreodó de Araujo (org.). Desordem e Processo. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor apud SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito**. 2008. 338 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008, p. 287-288

abstrata e afastada da realidade social, e, portanto, sem efetividade. Ainda assim o autor afirma que não deve-se buscar o rompimento com os direitos positivados, porém é preciso não consentir com sua positivação de maneira neutra e abstrata, mas sim assentada nas lutas e movimentos que conclamavam por direitos, possibilitando, desta forma sua positivação.<sup>27</sup>

#### 1.4 A Dialética em Lyra Filho

A dialética na obra de Lyra Filho, está relacionada, sobretudo, à superação de dicotomias. Ela aponta a possibilidade de assimilar pensamentos em uma visão única da realidade, que abarque as suas tensões e contradições em uma visão conglobante<sup>28</sup>. É possível identificar tal dialética no conflito entre positivismo e jusnaturalismo, no qual o autor objetivava encontrar uma solução que envolvesse elementos de ambos os pensamentos mas, que, ao mesmo tempo, superasse as duas doutrinas, em seus particularismos, negando-as, conservando-as e elevando-as.

Lyra Filho retratou um projeto socialista de emancipação social em sua teoria. Ele acreditava, se inspirando em Marx, que, cabe ao filósofo, não somente refletir e explicar as questões sociais, mas sim transformá-las. Portanto, condenava os discursos dogmáticos, alegando não ser “possível efetuar movimento emancipatório a partir de um discurso que, por ser dogmático, é comprometido com a manutenção das estruturas vigentes de poder”.<sup>29</sup> O autor entendia como dogmáticos os discursos comprometidos politicamente com uma proposta conservadora, a qual pretende replicar consensos, “criando a ilusão ideológica de que é possível uma aplicação técnica e imparcial das normas vigentes”<sup>30</sup>

Com a piora da crise causada pela remodelação do capitalismo no mundo, desde a década de 70 no Brasil, a sociologia jurídica não positivista tem aludido ao enfraquecimento das ideologias jurídicas dogmáticas (jusnaturalismo e positivismo) na explicação das transformações que ocorreram na sociedade brasileira. Ao longo desse tempo, diversas lutas sociais surgiram, apresentando novos sujeitos coletivos com papel fundamental nesses

---

<sup>27</sup> LEMOS, EDUARDO XAVIER. **Direito achado na rua, pluralismo jurídico, teoria crítica dos direitos humanos e a luta por direitos no Presídio Regional de Pelotas**. 2012. 206, [10] f., il. Dissertação (Mestrado em Direito) —Universidade de Brasília, Brasília, 2012, p. 74 e 77.

<sup>28</sup> Lyra Filho herdou esse pensamento do debate hegeliano e marxista

<sup>29</sup> COSTA, Alexandre A.; COELHO, Inocêncio M. **Teoria Dialética do Direito. A filosofia jurídica de Roberto Lyra Filho**. Brasília, UNB, 2017, p. 23

<sup>30</sup> Ibidem

conflitos, os quais exigiam a aplicação de “direitos historicamente sonegados”, além de criticar o limbo existente entre o direito oficial e realidade existente.<sup>31</sup>

Em uma de suas investidas de superar essa segmentação entre juspositivismo e jusnaturalismo, bem como um exemplo de suas posições dialéticas, Lyra Filho vai tecer críticas, já na Nova República, direcionadas a outra corrente do pensamento jurídico crítico, o Direito Alternativo. Discorreremos sobre o tema abaixo.

Influenciado por esse momento, no início da década de 1990, após a elaboração da Constituição da República em 1988, surge o movimento do Direito Alternativo, composto por diversos grupos e estudiosos, os quais acreditavam que, para uma correta elaboração do direito, seria fundamental ter em consideração padrões normativos extraestatais. Primordialmente, tal movimento pretendia conceber uma crítica jurídica na qual privilegiasse o Direito extraestatal (considerado por ele um Direito legítimo), frente ao Direito oficial. Entretanto, com o decorrer da década de 1990 e o fortalecimento da Constituição, o grupo começou a seguir um rumo distinto.

Como bem discorre Alexandre A. Costa:

[...] A promulgação de uma constituição democrática permitiu que a oposição entre Lei e Direito fosse relida como a tensão entre as leis e a Constituição, que passou a ser o núcleo em torno do qual se aglutinaram os discursos jurídicos ligados à justiça e à legitimidade. Desde então, conquistou espaço crescente o discurso de que a busca por um direito mais justo deveria se dar em uma tentativa de conferir efetividade aos direitos fundamentais e aos princípios do Estado Democrático de Direito consagrados na Constituição. [...] <sup>32</sup>

Esta mudança de perspectiva de muitos integrantes do movimento do Direito Alternativo, em especial por abraçarem concepções constitucionalistas, encontrou muitas críticas no pensamento de Lyra Filho, o qual denominou essas transformações como um “positivismo de esquerda”. Esse movimento, diferente da concepção dialética lyriana, se debruçava sobre um ponto de vista hermenêutico, ou seja, visava alcançar as transformações

---

<sup>31</sup> FEITOZA, Pedro Rezende Santos. **O Direito como modelo avançado de legítima organização social da liberdade: a teoria dialética de Roberto Lyra Filho**. 2014. 144 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014, p. 93

<sup>32</sup> COSTA, Alexandre A.; COELHO, Inocêncio M. **Teoria Dialética do Direito. A filosofia jurídica de Roberto Lyra Filho**. Brasília, UNB, 2017, p. 18

não mais a partir da contraposição entre Direito extraestatal e Direito oficial, mas sim utilizando a Constituição e seus princípios como um parâmetro de justiça e interpretação.

Lyra Filho compreendia tal mecanismo; não obstante, reputava que esse positivismo de esquerda apresentaria restrições, em razão de não ser possível, a partir dele, realizar uma crítica profunda à estrutura da norma posta. Assim, o autor buscava uma “esquerda não-positivista, em lugar dum positivismo de esquerda”.<sup>33</sup> Interessante destacar que, mesmo após a redemocratização, Lyra Filho permaneceu cético perante o Direito Positivo, por razões que trataremos adiante.

Desta forma, é possível verificar que Lyra Filho é comprometido com uma concepção na qual não é cabível a concretização de um movimento emancipatório com fundamento na conservação das classes dominantes no poder, ou seja, amparado em uma expressão dogmática. Portanto, o emprego da hermenêutica constitucional, ainda que inspirada por valores progressistas, não traduz verdadeiramente uma emancipação social, na medida em que “não deixa de estar preso aos grilhões de um normativismo que estabelece dogmaticamente que a função dos juristas é conhecer o conjunto de normas cuja validade deriva do reconhecimento estatal.”<sup>34</sup>

Nesse cenário, destaca-se a crítica realizada por Lyra Filho no tocante à legitimidade do direito estatal. Sobretudo, destaca-se que o autor defendia a categoria universalista dos direitos humanos como componente essencial de “aferição da legitimidade de uma ordem jurídica, escolha que era muito mais razoável no contexto ditatorial do que a opção que se tornou dominante nos anos 1990: usar a categoria constitucionalista de direitos fundamentais.”<sup>35</sup>

Assim, Lyra Filho identifica no positivismo uma impressionante dificuldade em solucionar o assunto legitimidade, visto que, tratar desse assunto traz o enfrentamento com questões de ordem político-valorativa.

---

<sup>33</sup> LYRA FILHO, Roberto. **Direito do Capital e Direito do Trabalho**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1982 apud COSTA, Alexandre A.; COELHO, Inocêncio M. **Teoria Dialética do Direito. A filosofia jurídica de Roberto Lyra Filho**. Brasília, UNB, 2017, p. 19

<sup>34</sup> COSTA, Alexandre A.; COELHO, Inocêncio M. **Teoria Dialética do Direito. A filosofia jurídica de Roberto Lyra Filho**. Brasília, UNB, 2017, p. 25

<sup>35</sup> Ibidem, p. 16

Dessa forma, segundo Costa:

[...] Com isso, a única posição coerente dos positivistas contemporâneos frente à questão da legitimidade é manter um silêncio absoluto. A mentalidade positivista somente se fortalece quando esse silêncio não é sentido como um problema, o que ocorre nas épocas em que os sistemas de normas encerram valores tão cheios de vitalidade que a sua legitimidade fica dispensada de maiores questionamentos (LYRA FILHO, 1980b, p. 40). Porém, isso dura apenas —até que a contradição básica do sistema se aprofunde em crise que se irradia, da infra à superestrutura. Então o positivismo se torna inviável (1980b, p. 40). [...] <sup>36</sup>

Com isso, Lyra Filho acreditava que tais modelos jurídicos somente poderão ser superados a partir de um modelo dialético. Este seria capaz de abrir espaço para uma autêntica ciência do direito, arquitetada a partir do método dialético. Tal compreensão seria a mais hábil a conduzir a uma ciência do direito tanto histórica (tal como a positivista), quanto engajada (tal como a jusnaturalista).

### **1.5 Direitos Humanos e o Direito Achado na Rua**

Quanto a este tema, será realizada uma breve introdução, o qual será aprofundado nos próximos capítulos. Dessa forma, reputa-se importante ressaltar o contexto de Ditadura Militar no qual surge o movimento do Direito Achado na Rua, sendo um período de intensa supressão de direitos.

Lyra Filho traz uma dimensão humanista que encontra-se profundamente relacionada a um projeto político de emancipação do homem. Como bem observa Costa, um “humanismo que é refratário ao relativismo (em sua negação de valores objetivos) e que se baseia na afirmação da existência de uma fundamentação histórica dos Direitos Humanos”.<sup>37</sup>

Assim, Lyra Filho observou que determinados grupos e classes, ao sofrerem limitações sociais aos seus Direitos Humanos, tornavam-se espoliados e oprimidos. Para ele, os Direitos Humanos são construídos por meio de um desenvolvimento histórico de libertação, e, portanto, são capazes de atuar como padrão objetivo, entretanto, não imutável, que pode ser imposto até mesmo ao poder constituinte.

---

<sup>36</sup> COSTA, Alexandre A.; COELHO, Inocêncio M. **Teoria Dialética do Direito. A filosofia jurídica de Roberto Lyra Filho**. Brasília, UNB, 2017, p. 28

<sup>37</sup> *Ibidem*, p.

Em vista disso, tendo em consideração a construção dos Direitos Humanos, podemos observar, a partir das relações e transformações sociais, que seus aspectos começam a mudar. Tais mudanças ocorrem como um afastamento de uma concepção liberal, que se materializa no positivismo. O juspositivismo “deforma esses direitos em abstrações, apriorismos, na compreensão de que sua conquista se encerra com a sua inscrição no mundo da normatividade, seja das Convenções e das Declarações Internacionais seja das Constituições e/ou das Leis Infraconstitucionais”<sup>38</sup> e sujeita os indivíduos a mera interpretação das normas postas.

Em outras palavras, ao estabelecer o molde da vida cotidiana em normas, o liberalismo entrecortado em sua materialização pelo positivismo parece esvanecer o sujeito ético-político, o sujeito de transformação, de que tratarei mais abaixo, para dar lugar ao hermeneuta, ao sujeito-assujeitado de textos de lei.

---

<sup>38</sup> GÓES JUNIOR, José Humberto de. **“O que é direito, para que se possa ensiná-lo?”: as percepções dos sujeitos sobre o direito, o “ensino jurídico” e os direitos humanos**. 2015. xii,441 f., il. Tese (Doutorado em Direito) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p. 29.

## **II – ANÁLISE DA POLÍTICA DE VIOLAÇÕES A DIREITOS HUMANOS NA DITADURA E DOS MEIOS DE RESISTÊNCIA**

### **2.1. Introdução**

Neste capítulo pretende-se abordar um pouco do contexto de Ditadura e como se deram as diversas violações a direitos humanos. Ademais, convém examinar a trajetória de determinados grupos mais atingidos, bem como suas formas de resistência, sob o enfoque do movimento Direito Achado na Rua.

Primordialmente, é necessário registrar que o presente capítulo pretende retratar não apenas as diversas violações a direitos humanos praticadas, mas também como os autores do movimento Direito Achado na Rua pensam e refletem criticamente a Ditadura, assim como ela se tornou objeto para elaboração da teoria e da prática concebida por eles.

Ressalte-se que as violações a direitos humanos cometidas a grupos vulneráveis, assim como as resistências encontradas por eles, foram componentes fundamentais que fomentaram as atividades de autores como Roberto Lyra Filho, José Geraldo de Sousa Júnior, entre outros.

### **2.2 A Ditadura Civil-Militar e o papel do positivismo jurídico na violação de direitos**

O golpe civil-militar de 1964 trouxe ao Brasil um momento, duradouro, de graves violações de direitos humanos praticadas por funcionários estatais, pautadas por uma ampla limitação à liberdade de expressão, tortura, criminalização dos movimentos sociais, e até mesmo proibição de impetrar Habeas Corpus.

Desta forma, o positivismo jurídico clássico, dotado de uma ideia de que o Direito se limita ao Direito posto, isto é, ao Direito oficial, originado no Estado, como observamos no capítulo anterior, teve papel fundamental a fim de legitimar as transgressões de direitos humanos ocorridas no regime. Como demonstra Philippe Oliveira de Almeida, o positivismo jurídico proclama que o poder coativo é fator fundamental à concepção de Estado; entretanto,



pode-se observar que tal poder se concretiza apenas como simples mecanismo para sua realização.<sup>39</sup>

Neste seguimento, como bem caracterizam Fonseca e Rampin, “A especificidade do regime militar brasileiro está no seu aspecto ambíguo de se revestir de legalidade e de sempre adotar para si o caráter (ou caricatura) democrático, quando, ao mesmo tempo, fez uso de recursos notadamente autoritários”.<sup>40</sup>

Sendo assim, não foi através de instrumentos normativos que a violência se originou, mas sim que ganhou força, legitimidade. Inclusive, tal afirmação é corroborada pela própria demagogia presente no primeiro Ato Institucional promulgado em 1964, no qual dispõe em seu início:

A revolução vitoriosa se investe no exercício do **Poder Constituinte**. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, **se legitima por si mesma**. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, **representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular**. (Grifos nossos)<sup>41</sup>

Portanto, o Ato Institucional tenta, a partir de um discurso no qual atribui a legitimidade do instrumento normativo à soberania popular, maquilar o movimento autoritário, revestindo-o de legalidade e democracia.

Da mesma forma, a promulgação do Ato Institucional nº 5 foi mais um instrumento normativo que permitiu a ampliação dos mecanismos de tortura amparados institucionalmente, bem como prejudicar os recursos de defesa, posto que censurou manifestações de teor político e proibiu a impetração de “habeas corpus” para crimes considerados contra a Segurança Nacional.

---

<sup>39</sup> DE ALMEIDA, Philippe Oliveira. A “Filosofia Cristã” Contra O Autoritarismo: O Estado Novo E O Regime Militar Na Obra De Mata Machado. **Revista da Faculdade de Direito da Ufmg**, N. 64, P. 253-280, 2014, p. 265

<sup>40</sup> FONSECA, Livia Gimenes Dias; RAMPIN, Talita Tatiana Dias. As lutas populares por direitos e as (in)transições brasileiras no contexto latino-americano. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7, p. 36

<sup>41</sup> BRASIL. Ato Institucional nº AI - 1, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 9 de abril de 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm). Acesso em: 4 jul. 2020.

Como para grande parte do setor midiático e da própria população a tomada de poder pelos militares não foi considerada um golpe, estes não apresentaram dificuldade em atribuir essa roupagem constitucional aos atos institucionais estabelecidos.

Almeida Noleto, ao tratar deste assunto, expõe:

[...]o Poder militar não prescindiu dos seus juristas, que realizaram a tarefa regulatória do novo regime sem se preocupar tanto assim com essas “inconveniências” da democracia, da contradição e do pluralismo. O positivismo jurídico e a ideologia dominante asseguravam-lhes as justificativas teóricas necessárias para a produção jurídica restrita à cultura da lei e da ordem, e o cientificismo formalista dessa práxis, a indiferença ética para ignorar o horror dos porões. [...] <sup>42</sup>

Portanto, é possível compreender que os juristas que cooperaram com o regime militar na elaboração de leis, utilizaram convenientemente o positivismo jurídico, despreocupando-se com o contraditório ou o pluralismo.<sup>43</sup> Importa ressaltar que, como a finalidade era dar meramente uma roupagem democrática, o regime argumentava que seu papel era apenas manifestar uma “confiança popular”, por meio dos seus atos institucionais, mas não uma legítima “vontade popular”. Assim, os militares estariam praticando somente uma “democracia possível”, ou seja, a qual não expressava a vontade popular, mas sim o que seria melhor para a sociedade. Portanto tal, “democracia possível” estaria pautada por uma perspectiva elitista, a qual acreditava saber o que era melhor para toda a sociedade brasileira. <sup>44</sup>

A partir da compreensão de que a elite brasileira julgava conceber o que era mais adequado à sociedade, podemos entender porque ocorreram tantas repressões a movimentos sociais, assim como atentados a direitos humanos. Ressalte-se que o regime de ditadura civil-militar inaugurado no Brasil com o golpe de 1964 demonstrou uma articulação muito bem realizada por esta elite a fim de evitar a concretização das reformas de base. Foram convenientes em utilizar a punição institucional, ou até mesmo a privada, no caso das milícias, por exemplo,

---

<sup>42</sup> NOLETO. Mauro Almeida. O Direito Eleitoral da Ditadura – as aparências enganam? In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7, p. 56

<sup>43</sup> Existem autores que discordam desse pensamento, inclusive Kelsen justifica que seria por meio de uma perspectiva “crítica e positivista do universo jurídico-político” que ideologias totalitárias poderiam ser enfrentadas. Cf. DE ALMEIDA, Philippe Oliveira. Filosofia Como Crítica Das Ideologias: O Totalitarismo No Embate Entre Voegelin e Kelsen. **Outramargem: Revista de filosofia**, Belo Horizonte, n. 5, 2016, p. 182

<sup>44</sup> FONSECA, Livia Gimenes Dias; RAMPIN, Talita Tatiana Dias. As lutas populares por direitos e as (in)transições brasileiras no contexto latino-americano. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7

como forma de domínio social, apelando a torturas e assassinatos, a fim de atingir seus interesses.

### 2.3 Trajetória feminina na ditadura

Com a instauração de um regime ditatorial no Brasil, a partir do golpe ocorrido em 1964, diversas mulheres foram perseguidas, torturadas ou presas, significando 20% dos presos políticos à época.<sup>45</sup> Essas mulheres eram atormentadas pelas mais diversas razões, seja porque eram enérgicas participantes na militância política e no movimento estudantil, ou porque faziam companhia a seus esposos na clandestinidade.

Destaca-se que essas mulheres, ao sofrerem agressões, contavam com sua feminilidade desmoralizada. Conforme observa Fonseca e Ranpim, expoentes do *Direito Achado na Rua*, as “torturas envolviam violações aos direitos sexuais (como estupros) e reprodutivos (os abortos forçados, a gravidez de mulheres que engravidaram de torturadores, o parto do/a filho/a na prisão, entre outros casos).”<sup>46</sup>

Ainda, ao tratarmos de afronta aos direitos femininos, não é possível abstermos de abordar as violências praticadas contra seus filhos, sejam eles fetos em seus ventres ou crianças. Estes sofreram diversos abusos, desde abandono e sequestro, até tortura e nascimento em locais de repressão clandestinos.

Sendo assim, a “questão das mulheres, das militantes mães e das mães não militantes, mas que eram companheiras de militantes políticos, remete-nos obrigatoriamente às crianças atingidas pelo aparato repressivo.”<sup>47</sup> Tal discussão é fundamental, visto que ainda naquela época encontramos uma sociedade historicamente desigual, marcada pela sobrecarga de responsabilidade feminina acerca das tarefas domésticas.

---

<sup>45</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. Mulheres e a Ditadura Militar (1964 – 1985). In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7, p. 103

<sup>46</sup> FONSECA, Livia Gimenes Dias; RAMPIN, Talita Tatiana Dias. As lutas populares por direitos e as (in)transições brasileiras no contexto latino-americano. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7, p. 39

<sup>47</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. Mulheres e a Ditadura Militar (1964 – 1985). In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7, p.106

Nessa toada, crianças, filhas de mulheres militantes políticas, sofreram as mais diversas torturas, excluídas dos colos das mães, impossibilitadas inclusive de serem amamentadas. Ainda, existiram crianças que foram criminalizadas, “presas e banidas, fichadas como subversivas, consideradas ‘perigosas à segurança nacional’”.<sup>48</sup>

É importante ressaltar que várias mulheres que tiveram seus filhos presos ou torturados não eram sequer militantes políticas. Estas também sofreram os mais diversos abusos:

[...] Quanto às presas políticas estupradas nos DOI-CODIs e em outros centros de tortura, o silêncio é permanente em torno da questão. Houve mulher estuprada que teve o filho. Nesse caso, as razões para o silêncio são muitas: a profunda humilhação de ser uma mulher estuprada e ainda mãe de uma criança filha de um estupro cometido por torturadores. É assunto interdito. Ainda prevalece a ideia de que a palavra das mulheres não é crível nos dias de hoje. O que dirá naqueles anos de chumbo quando mulher era assunto proibido e considerado “subversivo”. A revista Realidade, de janeiro de 1967 (nº 10), teve sua edição especial dedicada à situação das mulheres apreendida pela censura [...].<sup>49</sup>

A fim de enfrentar essa repressão e combater essa violência, foram formados o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio; este, apesar de ter ocorrido na Argentina, recebeu grande repercussão no Brasil. Foram coletivos criados por mulheres, e que, apesar de terem sido concebidos em um período de controle da liberdade de expressão, formularam uma personalidade capaz de instruir uma atividade para a defesa dos direitos humanos e para uma resistência contra o autoritarismo.<sup>50</sup>

Além disso, igualmente em luta contra a ditadura e a favor da anistia política, surgiu a União Brasileira de Mães. O ano de 1975 ficou marcado como o Ano Internacional da Mulher da Organização das Nações Unidas (ONU), evento no qual Therezinha Zerbini, ex-prisioneira política, apresentou uma moção em apoio à Anistia. Therezinha foi casada com o general Euryales Zerbini, um dos oficiais-generais que resistiram ao golpe de 1964. Desta forma, seu manifesto apresentado (“Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia”) foi de enorme importância para a conquista da Lei de Anistia em 1979.

---

<sup>48</sup> Ibidem, p.105

<sup>49</sup> Ibidem, p. 108

<sup>50</sup> PAULA, Adriana das Graças. Os Movimentos de Mulheres na Ditadura: uma análise sobre as Mães da Praça de Maio (Argentina) e o Movimento Feminino pela Anistia (Brasil). **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**, [s. l.], 2016. Disponível em: [https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/PAULA\\_II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-América-Latina.pdf](https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/PAULA_II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-América-Latina.pdf). Acesso em: 5 jul. 2020.

Com base no exposto, pode-se refletir, a partir do movimento Direito Achado na Rua, que os acontecimentos ocorridos na ditadura militar construíram espaço para uma discussão fundamental acerca dos direitos da mulher, pois foi através da luta dessas mulheres que novos direitos foram alcançados, por exemplo, em 1984 o Brasil ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Para conquista de direitos, a rua foi elemento fundamental. Renata Cristina da Costa, Laura C. de Mello Senra e Luna Borges Santos, expoentes do movimento Direito Achado na Rua, demonstram que a luta dos movimentos sociais, em especial o movimento feminista, foi imprescindível para o afastamento com o regime da ditadura e a inauguração de novos direitos.

Desta forma, as autoras asseveram:

Seja quando falamos de mulheres como indivíduos, sujeitas de suas histórias, seja do movimento feminista – cujo sujeito político pode ser representado pela categoria “mulheres” –, a participação social desses atores é fundamental para a própria existência dos direitos humanos. A mera legalidade, entendendo-a como a ratificação de tratados, convenções, ou a própria criação de leis que protegem direitos considerados fundamentais, não é suficiente para alcançarmos igual consideração e respeito entre as pessoas, independentemente do sexo, ou do gênero.<sup>51</sup>

Ainda há um longo percurso para a efetividade dos direitos humanos das mulheres, e esses direitos devem ter sua legitimidade não apenas através do poder praticado pelo Estado, mas também por meio das instituições sociais e das próprias pessoas. É necessário que as mulheres exerçam uma cidadania ativa, ou seja, que compreendam as raízes da violência pessoal e histórica, em busca de, não apenas uma teoria, mas também um plano de ação.<sup>52</sup>

## 2.4 A Questão Indígena

Entre 1968 e 1973, o Brasil passou pelo “Milagre Econômico”, período no qual o país atingiu uma alta taxa de crescimento. Tal evento se deu por meio de medidas de incentivo econômico, bem como o fomento de obras e construção de rodovias, como a Transamazônica, a Perimetral Norte, Manaus, Boa Vista e Cuiabá – Santarém. A construção dessas estradas

---

<sup>51</sup> DA COSTA, Renata Cristina; SENRA, Laura C. de Mello; SANTOS, Luna Borges. Os Direitos Humanos das Mulheres: lutas e protagonismos. In: MIRANDA, Adriana Andrade et al. **Introdução crítica ao direito das mulheres**. Brasília: CEAD, FUB, 2011, p. 234

<sup>52</sup> Ibidem

afetou diversos povos indígenas que habitavam essas regiões, os quais sofreram uma série de invasões em seus territórios, perpetrando diversas violências a esse grupo.

De acordo com Lacerda, é relevante salientar, que tais violências foram também cometidas, através de práticas de invasão aos territórios indígenas (para levantamento de usinas hidrelétricas, estradas de ferro, bem como contratos de arrendamento), assim como expedição “de certidões negativas de presença indígena, transferências forçadas de comunidades inteiras para fora de seus territórios com consequentes epidemias e mortes, empreendimentos minerais e até mesmo internações em “reformatórios indígenas” (como a Colônia Penal Krenak).”<sup>53</sup>

Assim, conforme trazido por Calheiros:

[...] Com efeito, hoje, com respaldo de uma crescente literatura dedicada, pode-se afirmar com certeza de que a repressão política e social aos povos indígenas durante a ditadura militar não apenas foi ampla e letal, mas de que não se tratou, como era erroneamente difundido, de um mero efeito colateral da repressão política aos movimentos de esquerda e/ou de uma consequência natural, inevitável, do desenvolvimento nacional. Sabe-se, hoje, que esta operação repressiva multifacetada foi deliberadamente orquestrada para desarticular qualquer resistência que estes povos pudessem oferecer ao projeto político do Estado. Da perspectiva do estado os povos indígenas eram opositores políticos per se, e sua mera existência, o seu “conjunto comunitário”, representava uma resistência ao projeto nacional. E por esta razão foram presos, torturados, mortos, vítimas de desaparecimento forçado; por esta razão as bases de sua mobilização coletiva foram atacadas. [...] <sup>54</sup>

Diante disso, em 1974, diversos líderes indígenas se uniram e formaram a primeira “Assembleia de Chefes Indígenas”, trocando vivências e socializando aprendizados. Nesse período, em especial nos dez anos que se passaram, foram realizadas mais 56 assembleias nesses moldes, muitas sendo duramente reprimidas pela ditadura.

O interessante a apontar é que, nesse momento, ao promoverem essas assembleias, os indígenas buscaram ser vistos como sujeitos, algo que os militares simplesmente ignoravam. A partir desses encontros, esses grupos descobrem formas de eles próprios se organizarem a fim de resolver os conflitos (ou reivindicar uma solução). Inclusive, a própria ditadura, por meio de

---

<sup>53</sup> LACERDA, Rosane. A Conquista da América, o Genocídio e a afirmação dos Povos Indígenas no Brasil In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7, p. 77

<sup>54</sup> CALHEIROS, Orlando. "No Tempo da Guerra": Algumas Notas Sobre As Violações Dos Direitos Dos Povos Indígenas E Os Limites Da Justiça De Transição No Brasil. **Revista Verdade, Memória e Justiça**, [s. l.], v. 9, 2015, p. 3 – 4

documentos da FUNAI e do Ministério do Interior, espreitou os encontros, a fim de realizar intervenções militares.<sup>55</sup>

Segundo Dias Filho, a Igreja Católica, em especial sua ala progressista apresentou um papel de relevante importância para a organização dos índios e apoio à “autodeterminação” dos povos indígenas nesse período. Os militares buscavam um projeto de emancipação que se fundava na formação de um mecanismo jurídico capaz de discriminar quem era índio de quem não era índio. A intenção era emancipar, ou seja, remover do compromisso tutelar do Estado os “índios que se teriam tornado não índios, os índios que não eram mais índios, isto é, aqueles indivíduos indígenas que —já não apresentassem —mais os estigmas de indianidade” considerados indispensáveis para “o reconhecimento de seu regime especial de cidadania”<sup>56</sup>

Desta maneira, surge a criação de Reformatórios indígenas, verdadeiras prisões, nas quais índios eram presos sem assistência jurídica ou acesso judicial. Tais prisões não apresentavam propósitos unicamente punitivos, relacionados à questões cotidianas, mas representavam também punições políticas. Na realidade, tal grupo foi considerado um obstáculo nos diferentes trajetos criados pelo programa desenvolvimentista do Regime Militar, principalmente em razão de estarem se organizando em Assembleias contra as intervenções militares.

Portanto, a ditadura concebeu que tais indivíduos precisariam ser perseguidos e controlados, ainda que os militares tivessem que empregar artifícios similares aos aplicados a outros grupos de civis, os quais igualmente foram presos, estes em virtude de divergências políticas e ideológicas. Interessante apontar que, quanto aos povos indígenas, tal divergência política ideológica era inexistente, dado que não existia nem ao menos um discurso ideológico próprio. Para eles a proteção de seu território e sua independência significavam sua própria subsistência e, portanto, empenhavam-se em protegê-la.

Baseado no que foi demonstrado, surge a partir do movimento Direito Achado na Rua uma reflexão acerca das questões indígenas, principalmente no tocante a enxergar esse

---

<sup>55</sup> DIAS FILHO, Antonio Jonas. Sobre os viventes do Rio Doce e da Fazenda Guarany: dois presídios federais para índios durante a Ditadura Militar. 2015. 255 f. **Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, 2015.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 100

movimento como novos sujeitos coletivos de direito. O movimento indígena se dedicou nos anos de 1970 a criar assembleias de chefes indígenas, fato que influenciou a participação indígena na Assembleia Constituinte de 1988, despontando como agente na busca por legitimação por direitos dos movimentos sociais.<sup>57</sup>

Esses novos sujeitos coletivos são caracterizados como grupos capazes de promover uma auto-organização e se impor nos espaços públicos. Rosana Freire Lacerda, em consonância com o *Direito Achado na Rua*, comenta:

Via de regra as organizações indígenas passaram a assumir, de modo direto e autônomo, o planejamento e a condução das suas ações e processos próprios de luta, a partir de prioridades definidas conforme os interesses e necessidades dos povos, comunidades ou segmentos nelas representados. Assumiram, também, a interlocução com as diversas instituições do poder público - local, estadual e federal - segmentos da sociedade civil - no Brasil e no exterior, e com outras organizações indígenas existentes no exterior.<sup>58</sup>

Portanto, o movimento indígena foi capaz de, a partir dos processos de luta empreendidos no regime militar, se auto organizar e tornar um importante protagonista na Constituinte de 1988.

## 2.5 Os Camponeses na Luta

Os anos de 1950 e 1960, foram marcados por um cenário de luta pelas reformas de base, reforma agrária em especial, direitos trabalhistas e posses de terra. Tais movimentações uniram os trabalhadores em busca de uma nova realidade social. Neste momento surgiram as Ligas Camponesas e os Sindicatos dos trabalhadores do campo, amplamente apoiados pela ala progressista da Igreja Católica e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), com o objetivo de se estabelecerem como interlocutores do Estado e transformarem-se em objeto de políticas públicas.<sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> LACERDA, Rosane Freire. *Diferença não é incapacidade: gênese e trajetória histórica da concepção da incapacidade indígena e sua insustentabilidade nos marcos do protagonismo dos povos indígenas e do texto constitucional de 1988*, Brasília: UNB, 2v1, 2007.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 218

<sup>59</sup> CIOCCARI, Marta. *Reconstruindo Memórias Traumáticas: Camponeses e o Regime Militar. Retratos de Assentamentos*, [s. l.], v. 18, ed. 2, 2015.



Destaca-se que, a princípio, estas Ligas e Sindicatos Camponeses, como a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, por exemplo, se estruturaram com o propósito de proporcionar assistência social e jurídica aos camponeses. Entretanto, com o passar do tempo, tais associações, observando a necessidade de uma atuação mais ativa, tornaram-se fomentadoras na luta pela reforma agrária, além de, em determinadas situações, substituírem os sindicatos de trabalhadores rurais na reivindicação por direitos trabalhistas.<sup>60</sup>

A ditadura civil-militar, desde os seus primeiros momentos, apelou à punição oficial ou privada como forma de domínio social, utilizando-se de torturas e homicídios a fim de alcançar seus interesses. Com os camponeses e suas associações não foi diferente. Os militares, bem como os grandes proprietários de terras, aproveitando-se do clima de terror instaurado, utilizaram de milicianos, pistoleiros e jagunços com o intuito de exterminar populares e líderes sindicais que lutavam pela subsistência.

No início nos anos de 1960 as oligarquias rurais e os arbítrios institucionais já possuíam uma relação próxima; com o golpe de 1964 e o início do regime militar esse relacionamento apenas se consumou. No início do regime já era possível observar que estes grandes proprietários de terra, grileiros e donos de engenho se beneficiavam da impunidades para cometer atrocidades e atacar os camponeses, influenciados pelas condutas executadas por militares contra trabalhadores e líderes camponeses.<sup>61</sup>

Como exemplifica Strozake e Pereira:

[...] Na região Sul, o Exército organizou caravanas com milicianos orientadas a prender lavradores listados no “Grupo dos 11”. Os presos eram torturados em praças públicas para servirem de exemplo à população. Acusados de comunistas e de terroristas, foram encarcerados por muitos anos sob a acusação de participarem de um suposto movimento internacional comunista. Na verdade, não existia nenhum movimento internacional comunista, mas apenas camponeses desejando participar do “Grupo dos 11”, motivados pelas notícias transmitidas pelo rádio, especialmente pelos discursos do então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, convocando todos a participarem da vida política do País. [...] <sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> STROZAKE, Juvelino; PEREIRA, Paola Masiero. A Ditadura Civil-Militar e os Camponeses In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7.

<sup>61</sup> CIOCCARI, Marta. Reconstruindo Memórias Traumáticas: Camponeses e o Regime Militar. **Retratos de Assentamentos**, [s. l.], v. 18, ed. 2, 2015.

<sup>62</sup> STROZAKE, Juvelino; PEREIRA, Paola Masiero. A Ditadura Civil-Militar e os Camponeses In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7, p. 100

O filme de Eduardo Coutinho, *Cabra marcado para morrer*, iniciado antes da ditadura militar e finalizado após, em virtude da repressão que gerou a descontinuidade do filme, retrata exatamente uma dessas situações de violências vivenciadas, ordenadas pelos latifundiários da região. O filme apresenta o assassinato de João Pedro Teixeira, fundador da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, e sua esposa Elizabeth Teixeira, a qual deu continuidade à Associação.

Destaca-se que, ainda em 1964, o movimento camponês apresentava tanta potência política, que foi capaz inclusive de aprovar em novembro de 1964 o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64). Esta lei trouxe um conceito de reforma agrária, ditava os parâmetros de cumprimento da função social da terra, atribuições do poder público, os direitos dos agricultores, assim como sua relação com a terra. Entretanto, com o agravamento da ditadura, principalmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5, não foi possível vislumbrar uma aplicação da Lei nº 4.504/64.<sup>63</sup>

Com base no exposto, o movimento O Direito Achado na Rua buscou refletir as injustiças ocorridas nesse regime com o objetivo de solucioná-las (ou pelo menos enfrentá-las). Um projeto de advocacia popular que englobe o acesso à justiça na luta pelos que não tem terra é pensado com esse propósito, e com isso o uso do direito positivo.

Como demonstrado, o regime militar se opôs arduamente à luta do movimento sem-terra, tendo inclusive o golpe militar ocorrido de forma a freá-lo. O Direito Achado na Rua, como veremos mais adiante, tem fortes críticas à Constituição de 1988, bem como seu processo constituinte; entretanto, é possível afirmar que, para os MST, bem como o MTST, a Constituição teve um papel fundamental para as reivindicações desses movimentos.

## **2.6 Violência contra LGBT+**

A ditadura militar, recorrendo a suas concepções de austeridade, empenhou-se na repressão e busca pelo controle de determinados grupos sociais, considerados como desviantes da moral e bons costumes da época. Assim, os militares empregaram violências contra gays,

---

<sup>63</sup> STROZAKE, Juvelino; PEREIRA, Paola Masiero. A Ditadura Civil-Militar e os Camponeses In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7

lésbicas, travestis, bissexuais e transexuais (LGBTs). Era necessária a invenção de um adversário a fim de criar um apelo moral a uma sociedade amplamente conservadora e preconceituosa no que diz respeito à sexualidade.

Desta forma, com o propósito de repreender esse grupo, o Estado utilizou de aparatos legais. A lei da vadiagem foi empregada com o fim de legitimar as perseguições a comunidade LGBT, tornando-a uma mira para violências institucionais. Era possível a aplicação desta lei porque muitos não possuíam empregos com registro, visto que esse grupo era alvo de muito preconceito, possuindo dificuldades em encontrar empregos formais. Diante disso, diversos indivíduos se encaminhavam para a informalidade e até mesmo prostituição. Neste último caso, eram atormentados e enquadrados no crime de perturbação da ordem pública, numa tentativa de censurá-los. Ocorreu inclusive o caso de “15 diplomatas cassados do Itamaraty em 1969, sendo que sete deles o foram sob a justificativa explícita de ‘prática de homossexualismo, incontinência pública escandalosa’”<sup>64</sup>

Conforme Green e Quinalha:

Essas duas medidas legais deram à polícia o poder de encarcerar arbitrariamente os homossexuais masculinos que expressassem publicamente sua feminilidade, usassem roupas ou maquiagem feminina, ganhassem a vida através de prostituição, ou que usassem um cantinho escuro de uma praça pública para um encontro sexual noturno. As mulheres que se vestiam com roupa masculina ou que tiveram um comportamento mais viril no público também sofreram controle social dos agentes do Estado.<sup>65</sup>

Assim, os militares possuíam uma armadilha jurídica eficaz, dotada de leis criminais baseadas na “moral e bons costumes”, as quais pregavam por uma decência pública, conceito bastante indeterminado. Portanto, não rotulavam a homossexualidade como ilegal, no entanto, criavam estratégias, ao elaborar as leis, com a finalidade de alcançar exatamente esse grupo.

Eram agredidos e presos arbitrariamente homens que apresentavam maquiagem, vestiam roupas mais apertadas, ou até mesmo usavam cabelos compridos. Existem relatos de indivíduos que foram extorquidos ou presos de forma segregada, sofrendo maus tratos nas

---

<sup>64</sup> QUINALHA, Renan Honório. Uma ditadura contra a liberdade sexual: a necessidade de uma Justiça de Transição com recorte LGBT no Brasil. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7, p. 110

<sup>65</sup> GREEN, James N., QUINALHA, Renan Honório 2015. Homossexualidades, repressão e resistência durante a ditadura. In Relatório, ed. **Comissão da Verdade do Rio de Janeiro**, 151–161. Rio de Janeiro: Comissão da Verdade do Rio, p. 2

prisões. Inclusive “vários presos políticos relataram como estes homens efeminados foram obrigados a limpar os prédios e servir comida nos espaços prisionais, tarefas tradicionalmente associadas ao feminino segundo o patriarcalismo vigente.”<sup>66</sup>

Ressalte-se que, para fins de perseguição, a Polícia, o Poder Judiciário e, até mesmo o Ministério Público foram instrumentos imprescindíveis. Um exemplo de colaboração à repressão exercida pelo Ministério Público e pelo judiciário contra esse grupo foi o caso de:

[...] Antônio Chrysóstomo, jornalista que integrava o conselho editorial do *Lampião* e que conseguiu, em 1979, a guarda provisória de uma menor de idade que vivia na rua junto de sua mãe perto da redação do jornal. Diante de uma denúncia, posteriormente retirada, de prática de maus tratos e abuso sexual feita por uma vizinha, o promotor de justiça, ex-agente do DOPS, manifestou uma visão claramente preconceituosa que associava homossexualidade à pedofilia, empenhando-se pessoalmente na condenação. Conseguiu a prisão preventiva de Chrysóstomo por 180 dias, até que este foi condenado. Em segunda instância, após dois anos preso, acabou absolvido por ausência de provas, mas sua vida já estava destruída após tamanho constrangimento, falecendo poucos meses depois. [...] <sup>67</sup>

A imprensa brasileira dispôs de um papel importante no que diz respeito à propagação de preconceito contra o grupo LGBT, uma vez que fortaleceu a imagem de que este passaria a destruir os valores morais. Desta forma, destacam-se as reportagens realizadas por revistas nacionais como *O Cruzeiro* e *Manchete* acerca do Carnaval. Criticavam os indivíduos que se fantasiavam de forma efeminadas, os quais buscavam usufruir de suas liberdades possíveis naquele período de folia, apresentando as personagens fantasiadas de formas moralizantes e pejorativas. Portanto, é evidente que o intuito destas reportagens era impactar as sensibilidades das classes médias católicas e conservadoras.<sup>68</sup>

Em 1976 houve uma tentativa de organização do movimento LGBT promovendo um evento anunciado como o encontro social da União do Homossexual Brasileiro. Entretanto, no dia houve forte intimidação dos militares, comparecendo “oito camburões e setenta homens do Departamento Geral de Investigação Especial”<sup>69</sup>, impossibilitando o evento.

---

<sup>66</sup> GREEN, James N., QUINALHA, Renan Honório 2015. Homossexualidades, repressão e resistência durante a ditadura. In *Relatório*, ed. **Comissão da Verdade do Rio de Janeiro**, 151–161. Rio de Janeiro: Comissão da Verdade do Rio, p. 6

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 10

<sup>68</sup> *Ibidem*

<sup>69</sup> GREEN, James N., QUINALHA, Renan Honório 2015. Homossexualidades, repressão e resistência durante a ditadura. In *Relatório*, ed. **Comissão da Verdade do Rio de Janeiro**, 151–161. Rio de Janeiro: Comissão da Verdade do Rio, p. 11

Não obstante, em 1978 surge o jornal O Lampião da Esquina, fruto de uma articulação do movimento LGBT, o qual registra o estabelecimento de um movimento político LGBT no Brasil. Tal jornal mensal operou como um estímulo para a organização de grupos politizados, os quais iniciaram, gradativamente, diversas demandas, se opondo a toda segregação e discriminação de indivíduos LGBT no país.<sup>70</sup> Inclusive, João Silvério Trevisan comenta em seu livro *Devassos no Paraíso* acerca das idas de Fernando Henrique Cardoso à livraria Kairós em São Paulo a fim de adquirir o jornal Lampião e tentar se conectar com seu tempo.<sup>71</sup>

O Direito Achado na Rua observa esses acontecimentos a fim de refletir o presente, ou seja, como esse grupo vulnerável permanece nos dias de hoje sendo alvo de perseguições e discriminações, inclusive pelo próprio Estado, demonstrando uma herança de violência e opressão que vem do regime anterior. As autoridades estatais continuam a exercer ações na direção de minimizar os direitos que aos poucos são conquistados. Assim o movimento lyriano percebe, como trataremos adiante, que não houve uma essencial ruptura com a ditadura militar, fazendo com que essa discriminação acabasse sofrendo uma manutenção.

## 2.7 Questão Racial

Primeiramente, é fundamental compreendermos o que é o mito da democracia racial e como a ditadura empresarial militar se utilizou dele como um instrumento para controle social. Como a própria expressão já traduz, mito significa algo cuja existência não é real. Acredita-se que o termo democracia racial teria sido criado por Gilberto Freyre<sup>72</sup> e significaria uma condição de total igualdade entre os indivíduos, a despeito de raça, cor ou etnia. Ressalte-se que estamos pensando aqui em um igualdade material, não somente formal.

Segundo Guimarães:

A idéia de que o Brasil era uma sociedade sem “linha de cor”, ou seja, uma sociedade sem barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas de cor a cargos oficiais ou a posições de riqueza ou prestígio, era já uma idéia bastante difundida no mundo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, bem antes do nascimento da sociologia. Tal idéia, no Brasil moderno, deu lugar à construção mítica de uma sociedade sem preconceitos e discriminações raciais. Mais ainda: a escravidão mesma, cuja sobrevivência manchava a consciência de liberais como Nabuco, era tida

---

<sup>70</sup> Ibidem

<sup>71</sup> TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 29

<sup>72</sup> GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. no 2001, n. 61, p. 147-162, 2001

pelos abolicionistas americanos, europeus e brasileiros, como mais humana e suportável, no Brasil, justamente pela ausência dessa linha de cor <sup>73</sup>

Florestan Fernandes, em seu livro *Significado do protesto negro*, publicado originalmente em 1989, explica como o mito da democracia racial permanece retardando as transformações estruturais. Para ele, as elites agarraram-se ao mito desde a fase de passagem do escravismo para o trabalho livre e permaneceram utilizando-o a fim de se esquivar da responsabilidade de resolver o problema, se eximindo de uma culpa nesse contexto<sup>74</sup>. Florestan analisa:

Pois consideremos: o mito - não os fatos - permite ignorar a enormidade da preservação de desigualdades tão extremas e desumanas, como são as desigualdades raciais no Brasil; dissimula que as vantagens relativas ‘sobem’ - nunca ‘descem’ - na pirâmide racial; e confunde as percepções e as explicações-mesmo as que se tem como ‘críticas’, mas não vão ao fundo das coisas- das realidades cotidianas. Onde não existe sequer democracia para o dissidente branco de elite haveria democracia racial, democracia para baixo, para os que descendem dos escravos e libertos negros ou mulatos?! Poderia existir democracia racial sem certas equivalências (não digamos igualdades) entre todas as raças?<sup>75</sup>

Gabriela Samira Onias, autora que compõe o movimento Direito Achado na Rua, demonstra que a falta de identidade racial relacionada ao mito da democracia racial, assim como a políticas eugenistas e à destruição de manuscritos oficiais sobre a escravidão, produziu uma relativização dos acontecimentos enfrentados pelos negros na sociedade, permitindo até mesmo indagar se a escravidão de fato foi nociva para a sociedade brasileira.<sup>76</sup>

Portanto, é evidente que no Brasil não existe democracia racial. Entretanto, o regime empresarial-militar utilizou desse mito como uma de suas formas de controle ideológico, materializado na Lei de Segurança Nacional. Inclusive, em um dos discursos do regime, os militares afirmavam estar existindo no Brasil um movimento subversivo que buscava fomentar a questão da discriminação racial no país, tendo amparo de redes de comunicação social. Diziam que “indivíduos inescrupulosos e ávidos, para aumentarem as vendas de seus jornais ou revistas,

---

<sup>73</sup> Ibidem, p. 2

<sup>74</sup> FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados — (Coleção polêmicas do nosso tempo), 1989. v. 33

<sup>75</sup> Ibidem, p. 16

<sup>76</sup> ONIAS, Gabriela Samira. A Política Do Medo No Sistema Penal Brasileiro Como Instrumento De Manutenção Do Racismo E Encarceramento Em Massa. **O Direito como Liberdade: 30 anos de O Direito Achado na Rua, Brasília**, 2020

e outros, principalmente por estarem ligados ou viverem na subversão ou terrorismo, estavam constantemente, difundindo boatos e notícias que exploravam o assunto”<sup>77</sup>

Assim, ao imputar o mito da democracia racial, a ditadura permitia o assentamento da forma de supremacia branca, bem como seus benefícios. Ademais, impossibilitava qualquer oportunidade de confronto direto do povo negro acerca da repressão vivenciada.<sup>78</sup>

Os militares, bem como os civis que os apoiavam, utilizaram do racismo institucional para cometer inúmeras violações de direitos humanos, praticadas especialmente pelas Polícias Civil e Militar. Estas, quando começaram a ser comandadas pelo Exército, expressaram profundamente a violência institucional. Portanto, para negros e negras, a realidade se tornou ainda mais cruel, atravessada por perseguições, invasões a domicílio, torturas, prisões arbitrárias e desapropriação de residências.

Segundo Pires, os anos de 1960 foram marcados pelo agravamento na situação de violência policial, em especial na cidade do Rio de Janeiro. Nesta década surgiu um grupo conhecido como Invernada de Olaria, relacionado ao Departamento Estadual de Segurança Pública, o qual possuía uma autorização para matar, torturar e espancar. Era um comportamento delituoso do Estado, mas ainda assim, seu governador do período, Carlos Lacerda, demonstrava admiração pela repartição. Em razão disso, abriu-se a possibilidade para a formação de novos grupos de extermínio, visto a legitimação institucional da violência e assassinatos. Assim, a partir de 1967 iniciou um desdobramento impetuoso de assassinatos, com aspectos de execuções sumárias.

Mesmo com toda violência perpetrada, é possível encontrar movimentos de resistência, tal como o Grupo Palmares, que surgiu em 1971 em Porto Alegre como uma associação cultural sem fins lucrativos. Com o passar do tempo, tal organização se inspirou em movimentações que ocorriam como as conquistas de movimentos nacionais na África, bem como a mobilização por direitos civis nos Estados Unidos, e assim, a partir destes, o Grupo Palmares compreendeu ser

---

<sup>77</sup> PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro. **Rev. Direito Práx.** Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1054-1079, 2018, p. 1060

<sup>78</sup> Ibidem

capaz de “resistir e vencer, numa demonstração do “poder negro”, em estruturas bem mais hostis do que as enfrentadas no Brasil, desde que agissem dentro do espaço permitido.”<sup>79</sup>

Desta forma, o movimento se organizou e se desenvolveu baseado nesses referenciais, e passou a ser reconhecido como uma organização de resistência à ditadura, bem como de afirmação étnica.

## 2.8 A luta estudantil

A ditadura civil-militar teve sua estrutura fundamentada na ideia de segurança nacional, apresentando como arranjo a violência e repressão institucional que alcançou os estudantes e o movimento estudantil. Conforme Abrão, Ranquim e Fonseca, é “possível afirmar que o sistema de ensino, de educação no ensino superior, foram diretamente afetados pelas incursões do regime militar e da sua ideologia de segurança nacional.”<sup>80</sup>

Diversas universidades foram afetadas com este regime de repressão, especialmente a Universidade de Brasília (UNB), berço do nascimento do movimento Direito Achado na Rua. O reitor à época, Anísio Teixeira, foi afastado e o Conselho Diretor se encontrou deposto. Após, ocorreu a demissão de 15 professores e, com isso, cerca de 200 outros professores da universidade, em companheirismo, solicitaram exoneração, resultando na crise de outubro de 1965, na qual a UNB perdeu aproximadamente 80% dos seus professores.<sup>81</sup>

Dessa forma, segundo Paixão e Guimarães:

[...] A partir de então, alguns professores procuraram manter elementos da proposta original, buscando espaços de atuação em um ambiente hostil. O movimento estudantil, por sua vez, se organizou e criou focos de protesto e de resistência. O campus foi invadido por forças militares em agosto de 1968, num evento traumático para a comunidade acadêmica e para a própria cidade de Brasília. Muitas prisões foram realizadas, seguidas dos habituais processos internos de expulsão.

---

<sup>79</sup> CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. O grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico. 2006. 196 f. **Dissertação (Mestrado em História)** - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 66

<sup>80</sup> ABRÃO, Paulo; FONSECA, Livia Gimenes Dias; RAMPIN, Talita Tatiana Dias. Direito à Justiça e Reforma das Instituições. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7, p. 381

<sup>81</sup> PAIXÃO, Cristiano; GUIMARÃES, José Otávio. Justiça de Transição em perspectiva intergeracional: repressão e resistência nas universidades In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7, p. 341



O quadro nacional, desde então, tornou-se mais sombrio e a situação agravou-se: em 13 de dezembro de 1968, o Congresso Nacional foi fechado com a decretação do AI-5, e, logo em seguida, o Decreto-Lei nº 477, de fevereiro de 1969, deu condições para que recrudescesse a repressão aos estudantes e às suas organizações. O regime ingressava em sua fase mais agressiva, autoritária e violenta. Na década de 1970, persistiram a perseguição e a tortura sistemática de estudantes. [...]<sup>82</sup>

Observa-se na biografia da UnB copiosas violações de direitos humanos, sendo possível constatar inclusive constante tortura contra estudantes e professores em espaços de órgãos de segurança do Distrito Federal e das Forças Armadas.

Da mesma forma, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi colocada na ilegalidade, sofrendo o movimento estudantil perseguições por agentes do Departamento da Ordem Política e Social, sob a alegação de que o movimento estudantil tinha infiltrados subversivos. Ao longo dos anos 60, a UNE protagonizou diferentes movimentações que tinham como foco central o debate acerca da universidade, a questão das classes populares, bem como a vivência da população brasileira.<sup>83</sup>

Uma movimentação estudantil fundamental ocorrida durante o período militar foi a que resultou a Reforma Universitária de 1968. Segundo Martins:

Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então – salvo raras exceções – estavam relativamente desconectadas. Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. Para atender a esse dispositivo, criou-se uma política nacional de pós-graduação, expressa nos planos nacionais de pós-graduação e conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento do governo federal.<sup>84</sup>

Tal reforma ampliou o número de vagas nas universidades, entretanto, as manteve voltadas para uma elite, não sendo essa ampliação suficiente para atender a demanda necessária de alunos.

---

<sup>82</sup> PAIXÃO, Cristiano; GUIMARÃES, José Otávio. Justiça de Transição em perspectiva intergeracional: repressão e resistência nas universidades In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7, p. 341

<sup>83</sup> SANTOS, Jordana De Souza. A Repressão Ao Movimento Estudantil Na Ditadura Militar. **Revista Aurora**, v. 3, n. 1, 2009.

<sup>84</sup> MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & sociedade**, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009, p. 16

A partir da luta do movimento estudantil, também foi possível alcançar o fim dos Acordos MEC-USAID, o quais consistiam em vários acordos firmados entre os governos do Brasil e dos EUA, que segundo os militares, tinha o intuito de estabelecer uma a cooperação cultural entre os dois países, mas observa-se que na realidade tentavam adequar o ensino superior no Brasil ao modelo estadunidense. Portanto, essa educação incorporada pelos acordos teria uma perspectiva tecnicista, não preocupando-se em formar indivíduos pensantes a partir de uma educação emancipadora, mas sim meros trabalhadores especializados.<sup>85</sup>

A partir do exposto, é possível observar que a educação emancipadora que o movimento Direito Achado na Rua sempre buscou foi completamente agredida neste período, especialmente porque o regime militar não se preocupava com a produção de indivíduos que refletissem, mas sim com a formação de operários.

## **2.9 O movimento sindical**

O período dos anos de 1950 evidenciou uma época bastante marcante para os trabalhadores brasileiros e o movimento sindical. A luta ficou marcada por uma liderança constituída pela coalizão dos movimentos comunista e trabalhista, a qual atingiu um enorme progresso quanto à mobilização e organização, dos quais decorreu em um ativo envolvimento dos trabalhadores em meio à sociedade e na realidade política nacional.

A partir de 1964, após o golpe, estabeleceu-se intensa perseguição e repressão contra movimentos populares e organizações de massa. Desta forma, as entidades sindicais com maior participação, localizadas especialmente no Sudeste e Nordeste foram arruinadas, fechadas ou encontravam-se sob intervenção. Estima-se que, entre 1964 e 1964, aproximadamente 965 sindicatos no Brasil foram alvos de intervenção, portanto, o objetivo dos militares se concretizava: implementar um terror institucional com o objetivo de intimidar os trabalhadores na luta, a fim de que não resistissem ou se organizassem.<sup>86</sup>

---

<sup>85</sup> SANTOS, Jordana De Souza. A Repressão Ao Movimento Estudantil Na Ditadura Militar. **Revista Aurora**, v. 3, n. 1, 2009, p. 105

<sup>86</sup> MOMESSO, Luiz. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. **Clio-Série Revista de Pesquisa Histórica**, n. 26-1, 2008.

É possível encontrar as mais variadas justificativas para essas intervenções, desde subversão até fraudes na utilização dos recursos das entidades sindicais. Segundo Momesso, a “denúncia mais comum era de emprego dos recursos na subversão, considerada como tal qualquer aplicação de dinheiro em atividades que contribuíssem para a conscientização dos trabalhadores, como alfabetização pelo chamado método Paulo Freire”.<sup>87</sup>

A ditadura militar empregou diversas mudanças legislativas a fim de reprimir a organização e reivindicação das entidades operárias. Para Mello, autor parte do movimento O Direito Achado na Rua, a Lei nº 4.330, de junho de 1964, também conhecida como Lei Antigreve, foi sancionada pelo general Castelo Branco com o objetivo de, ao ser elaborada, impossibilitar rigorosamente paralisações trabalhistas. Isto se deve ao fato de que, para que fossem realizadas paralisações, seria necessária a aprovação pelo voto secreto de dois terços da categoria em dois turnos, com intervalo de um mês entre eles.<sup>88</sup>

O regime implementado buscava converter os sindicatos em “instrumentos de passivização, com práticas assistencialistas, tornando-os desmobilizadores, ocupados em resolver apenas as questões trabalhistas do dia-a-dia.”<sup>89</sup> Portanto, indicavam outros líderes os quais não preocupavam com os problemas políticos, mas sim com a administração das assistências.

Entre 1964 e 1968, os movimentos sindicais estiveram muito sufocados, sem a possibilidade de paralisação, representando assim uma vitória até então da ordem estabelecida. Entretanto, em 1968, duas greves, em Contagem (MG) e Cobrasma (SP) tiveram grande importância e destaque nacional. Importa destacar que a greve em Contagem, a princípio contou com a participação de cerca de mil operários, chegando a sete mil trabalhadores metalúrgicos envolvidos na paralisação. Em Cobrasma, em Osasco, aproximadamente três mil trabalhadores da metalúrgica paralisaram e ocuparam a fábrica. Não obstante, tais mobilizações não tiveram muitos ganhos.<sup>90</sup>

---

<sup>87</sup> MOMESSO, Luiz. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. **Clio-Série Revista de Pesquisa Histórica**, n. 26-1, 2008, p. 157

<sup>88</sup> MELLO, Prudente José Silveira. A Luta da Classe Operária – do anarco-sindicalismo à opressão da Ditadura civil-militar In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7,

<sup>89</sup> MOMESSO, op.cit., p. 157

<sup>90</sup> NORONHA, Eduardo; ERVOLINO, Ivan. O poder sindical na ditadura e na transição política brasileira. **O Golpe de 1964**.

Com o AI – 5, em dezembro de 1968, o espaço para mobilizações se estreitou ainda mais. O regime respondia aos movimentos com violência e repressão, quando não mortes. Nesta esfera, a fim de encontrar um novo campo para confronto e resistência, os sindicalistas procuraram a Justiça do Trabalho para suas reivindicações.

Convém comentar a respeito do papel do Judiciário Trabalhista neste período. Inicialmente, antes do golpe de 1964, a Justiça do Trabalho apresentava sucesso na resolução de conflitos trabalhistas/sindicais. Entretanto, após a promulgação da Lei nº 4.330, o judiciário não apresentava mais oportunidade para resolver os conflitos que apareciam, e seu papel ficou limitado a julgar as ilegalidades das greves.<sup>91</sup>

Em 1968, após o AI – 5, em virtude do cenário de impossibilidade de greves, pela repressão e violência que se seguiam, a Justiça do Trabalho se tornou um campo de reivindicação desses trabalhadores. Os sindicalistas descobriram a importância dos advogados nesse âmbito, em especial nos dissídios coletivos. Eles perceberam que greves naquele momento não eram suportáveis e, portanto, o debate no judiciário era o melhor meio viável, promovendo inclusive um espaço para novos advogados trabalhistas que questionavam o regime.<sup>92</sup>

Em meados dos anos 70, o movimento sindical irá retomar seu espaço político e promover as conhecidas greves no ABC paulista, em busca de melhores condições de trabalhos e aumentos salariais. Neste período as greves receberam maior apoio popular, principalmente em razão da atmosfera de redemocratização que se formava.

## 2.10 A Comissão Nacional da Verdade

Nesta análise, a partir do Direito Achado na Rua, com relação às graves violações de Direitos Humanos ocorridas no período ditatorial, convém apreciar como estas foram tratadas no pós-ditadura, por meio da Comissão Nacional da Verdade.

---

<sup>91</sup> MELLO, Prudente José Silveira. A Luta da Classe Operária – do anarco-sindicalismo à opressão da Ditadura civil-militar In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7

<sup>92</sup> NORONHA, Eduardo; ERVOLINO, Ivan. O poder sindical na ditadura e na transição política brasileira. **O Golpe de 1964**.

Tanto a Comissão da Verdade quanto a Comissão de Reparação encontram-se como ferramentas escolhidas para realizar o incentivo pela verdade e as reparações às vítimas, respectivamente.

Weichert nos traz uma melhor definição de tais Comissões:

[...] As Comissões da Verdade buscam revelar os atos de violação aos direitos humanos, satisfazendo o interesse das vítimas e da sociedade (interesse difuso, portanto) em conhecer a verdade. As Comissões de Reparação, por sua vez, buscam diretamente elementos, informações e “a verdade” sobre as violações concretas e diretas que sofreram indivíduos ou grupos sociais específicos com o fim de garantir-lhes reparações materiais ou imateriais (interesses individuais ou coletivos). [...] <sup>93</sup>

Nos debruçaremos sobre a Comissão da Verdade, a qual possui, como principal objetivo a busca por uma transparência a fim de se fortalecer uma democracia. Assim a apresentação dos fatos ocorridos a toda a sociedade, seu contexto, seus fundamentos e resultados seria capaz de nos prevenir de vê-los se repetirem. Ressalte-se que, o fundamental seria, ao fim dos relatórios, se apresentarem propostas para políticas públicas com o objetivo de se afastar desse passado sem esquecê-lo.

Weichert busca explicar que o Direito Internacional dos direitos humanos não admite as Comissões da Verdade como sucedâneas de processos de investigação no âmbito judiciário, bem como há indispensabilidade da imputação de uma responsabilidade penal. O produto das Comissões seria na realidade alcançar uma “verdade histórica”, enquanto que no processo judicial se realiza uma “verdade judicial”.

Em 2007, no Brasil abriu-se um debate sobre Justiça de Transição, a qual tornou-se tema fundamental na pauta do país. Foi inaugurada uma série de exigências ao governo, a fim de que fossem adotadas providências fundamentais à instauração de uma Comissão da Verdade, existindo inclusive pressões internacionais para tanto. Desta forma, em 2009 o governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei para sua instituição.

Assim, no Brasil, em 18 novembro de 2011 foi promulgada a Lei nº 12.528, a qual instituiu a Comissão Nacional da Verdade, com o objetivo de tornar o Estado mais democrático

---

<sup>93</sup> WEICHERT, Marlon Alberto. A Luta da Classe Operária – do anarco-sindicalismo à opressão da Ditadura civil-militar In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7, p. 314

e transparente. De acordo com esta Lei, seriam realizadas apurações quanto às profundas ofensas aos direitos humanos cometidas no interregno de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, com o propósito de promover o direito à memória daqueles que sofreram, foram mortos ou desapareceram, além de possibilitar uma reconciliação nacional, conforme o art. 1º da Lei.

Em 2014 a Comissão entregou seu relatório constando 29 recomendações:

[...] distribuídas em três grupos: medidas institucionais, reformas constitucionais e legais e medidas de seguimento das ações e de recomendações da CNV. As principais recomendações estão relacionadas à necessidade de responsabilização criminal, civil e administrativa dos autores de graves violações aos direitos humanos, com a superação da anistia declarada em favor desses agentes e do reconhecimento da imprescritibilidade desses crimes, e a adoção de diversas providências legislativas e administrativas para inibir e reduzir as práticas da tortura, das execuções sumárias e do desaparecimento forçado de pessoas, praticadas pelas forças policiais. [...] <sup>94</sup>

Apesar de todo o trabalho elaborado na Comissão, é necessário ressaltar que, ao final, o que foi proposto consiste apenas em recomendações, não obrigações. Diante disso, e em comparação às comissões da verdade ocorridas em outros países da América Latina, como Argentina, por exemplo, o Brasil não puniu os perpetradores de violações a direitos humanos, não houve uma reparação às vítimas.

Na Argentina, é possível observar a construção de memoriais, para que a história nunca seja esquecida, a punição dos criminosos que cometeram estas graves violações aos direitos humanos, e até mesmo a divulgação por meio da educação nas escolas de seu passado, sua memória.<sup>95</sup> Para o Direito Achado na Rua, o fato de o Brasil não evidenciar um posicionamento similar pode ser constatador um legado de violência a direitos humanos deixado por esse período, como uma ferida mal cicatrizada até os dias de hoje.

## 2.11 O Direito Achado na Rua e a Ditadura Militar

---

<sup>94</sup> WEICHERT, Marlon Alberto. A Luta da Classe Operária – do anarco-sindicalismo à opressão da Ditadura civil-militar In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7, p. 316

<sup>95</sup> PEDRETTI, Lucas. Silêncios que gritam: apontamentos sobre limites da Comissão Nacional da Verdade a partir de seu acervo. **Revista do Arquivo, São Paulo, Ano II**, n. 5, p. 62-76, 2017.

Após apresentarmos como o Direito Achado na Rua observou criticamente as diversas e graves violações a direitos humanos e agressões a grupos vulneráveis, cabe comentar sobre como alguns autores ligados ao movimento utilizaram desse período para construir suas teorias e práticas desenvolvidas, ou ao menos a base delas.

José Geraldo de Sousa Júnior destaca a suspensão das garantias individuais bem como a supressão do direito de manifestação como marcos profundos do regime. Segundo o professor:

Um aparato civil-militar deu o golpe, destituiu um presidente legitimamente eleito [que foi substituído por um general indicado por esse grupo] e subordinou a Constituição a uma estrutura esdrúxula de determinação supraconstitucional que passou a ser denominada, na nossa cultura, de ato institucional. Eram atos que conferiam a esses golpistas a competência auto-atribuída de exercer o poder político e subordinar [a eles] as outras instituições da República. Isso implicou em suspender a crítica periódica do poder por meio das eleições, e também atrelou os setores administrativo, legislativo e judiciário aos fundamentos autoritários desse sistema de poder”, afirma o professor de Direito. Atos institucionais substituem a Constituição O Ato Institucional Nº 1 inaugurou a ditadura, subordinando os poderes a um grupo de militares. Outros atos se seguiram a ele, como o AI-5, em 1968, considerado um golpe mais duro dentro do próprio golpe. Esses atos, sem base jurídica, baseados em valores abstratos, extraídos da retórica da civilização, mas que na ação política dos que deram o golpe, impunham uma agenda que abria caminho para um capitalismo hegemônico, vigente naquele momento<sup>96</sup>

O expoente do movimento comenta que os movimentos sociais eram restringidos por meio de um Sistema de Segurança Nacional, construído a partir de um Ato Institucional, que legitimava a censura, tortura e assassinatos, e a resistência poderia ser encontrada até mesmo em noticiários que davam informações sobre o clima. Para ele, a repressão da palavra seria um elemento marcante das ditaduras. Com esta bagagem, Sousa Júnior escreveu sua tese *Direito como Liberdade: O Direito Achado na Rua Experiências Populares Emancipatórias de Criação do Direito*, no qual, dentre outras questões, trata de uma nova concepção do direito como uma legítima organização social da liberdade.

Boaventura de Sousa Santos escreveu um trabalho sobre pluralismo jurídico nas favelas do Rio de Janeiro na década de 1970, em meio à ditadura, e, em razão disso utilizou o nome fictício de Pasárgada para designar os locais sem serem reconhecidos.

As comunidades com que eu trabalhei desde os meus verdes anos de doutorando, vivendo numa favela do Rio de Janeiro, na favela do Jacarezinho, me ensinaram a

---

<sup>96</sup> MEMÓRIA da ditadura ajuda jovens a ter dimensão real do valor da democracia, diz ex-reitor da UnB. [S. l.], 2014. Disponível em: <https://odireitoachadonarua.blogspot.com/2014/11/memoria-da-ditadura-ajuda-jovens-ter.html>. Acesso em: 26 out. 2020

sabedoria da população que vivia ali. Gente com quem eu convivi durante muitos meses e que me ensinou muitas coisas sobre o sentido de vida, sobre o que é justiça social, como é que se devia organizar o Brasil. Lembre-se de que eu fiz isso num período de ditadura no Brasil ainda<sup>97</sup>

Dessa experiência Santos tirou dois propósitos, sendo o primeiro a supressão do espaço existente entre o conhecimento científico e o popular, uma vez que para ele os cientistas, de maneira comum, se enxergam como donos do saber, como se não existisse conhecimento fora do mundo acadêmico; e o segundo era minimizar os preconceitos entre os diversos tipos de conhecimentos populares, por exemplo, como os saberes dos movimentos feministas e os movimentos operários. Na concepção de Boaventura Sousa Santos, a fim de diminuir o distanciamento entre os próprios movimentos sociais, era necessário que se entendessem melhor.<sup>98</sup>

Podemos observar, portanto, que o movimento Direito Achado na Rua utilizou das experiências vivenciadas na ditadura, tanto no que concerne à questão de violação de direitos humanos, como no fato de entenderem que o próprio direito positivo acobertou estas transgressões, para pensar numa nova concepção de direito, que não se resumisse aos modelos jurídicos tradicionais – juspositivismo e jusnaturalismo.

Desta forma, observaremos no próximo capítulo o que a Constituição de 1988 representou para o Direito Achado na Rua, a partir do que foi vivenciado na Ditadura Militar.

---

<sup>97</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa; OLIVEIRA, João Marcos Veiga de; SÜSSEKIND, Maria Luiza. Entrevista com Boaventura de Sousa Santos para ANPEd/Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, 2019.

<sup>98</sup> Ibidem



### **III - DIREITO ACHADO NA RUA E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: UMA ANÁLISE DA CONSTITUINTE E SEUS EFEITOS “DEMOCRÁTICOS” NA APLICAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS**

#### **3.1 Introdução**

Previamente, é elementar entendermos algo: a ditadura militar foi um período de muita violência institucional, ausência tanto de prescrição de direitos como de efetivação de direitos fundamentais. Portanto, é plausível imaginarmos que a redemocratização traria um novo momento no tocante aos direitos humanos, não só no que se refere a sua positivação, bem como a sua aplicação e efetividade. A Constituição de 1988, em sua constituinte, contou com a participação de diversos movimentos sociais, acompanhada de práticas democráticas, sendo inclusive conhecida como Constituição Cidadã. Entretanto, é fundamental compreendermos que, para o Direito Achado na Rua, essa Constituição, tão aclamada por diversas camadas da sociedade, não foi capaz de alcançar uma concepção verdadeiramente democrática, permitindo que no campo da materialidade dos direitos fundamentais, apresentasse profundas falhas.

A partir disso, pelo viés do Direito Achado na Rua, faremos algumas análises importantes a fim de compreender como essas falhas se estabelecem. Para isso passaremos pela noção crítica do que é Poder Constituinte, bem como as expectativas do movimento para esse poder. Será necessário também compreender como alguns movimentos sociais, que participaram da Constituinte de 1988, analisam a prática dos direitos fundamentais na Constituição, e explorar um pouco o que seria o Constitucionalismo Achado na Rua. Por fim, atrelada a esta temática, avançaremos sobre a necessidade de dos conflitos para a luta por direitos e uso da hermenêutica constitucional nesse cenário, questão colocada em meio ao debate.

#### **3.2 Poder Constituinte**

Inicialmente, devemos compreender, de forma tradicional, o conceito de Poder Constituinte, que surgiu em meio às revoluções liberais, como aquele capaz de criar uma nova

disposição jurídico-política com o propósito de afastar o passado a fim de estabelecer um rompimento com a ordem anterior.<sup>99</sup>

Entretanto, ao direcionarmos um olhar mais atento, é fundamental percebermos que um projeto constitucional não pode estar dissociado da democracia, sob pena de correr o risco de vivenciar regimes totalitários, portanto o Poder Constituinte deve ser democrático. Assim, Costa observa:

A proposta constitucionalista que, como demonstram Fioravanti e outros, sempre fora vista como oposta à democrática, com o aprendizado decorrente de sua própria vivência histórica, não mais pode ser sequer pensada fora do contexto democrático e nem a democracia pode ser assim concebida se não se der nos limites constitucionais. A democracia sem constitucionalismo é a pior das ditaduras, tal como provado pelos regimes totalitários do século XX, e o constitucionalismo sem democracia é o seu oposto, o governo arbitrário, totalitário.<sup>100</sup>

Não obstante, o conceito não foi sempre pensado desta forma. Como já vimos, tradicionalmente se interpreta que o Poder Constituinte provocará a manifestação de um poder soberano, com o qual o sujeito coletivo estabelecerá uma nova ordem política, algo que o próprio constitucionalismo sempre teve receio. Bernadino-Costa demonstra que o constitucionalismo em sua origem surgiu com o objetivo de realizar sua manutenção através da concepção de governo misto, mas não para eliminar os alicerces políticos da época.<sup>101</sup>

O constitucionalismo moderno, surgido ao final do século XVIII, deve seu progresso em grande medida à associação com o positivismo jurídico e com um projeto liberal de Estado de Direito. Entretanto, observam-se várias particularidades no progresso desse constitucionalismo até chegarmos ao constitucionalismo que conhecemos hoje, o qual contém primordialmente um caráter principiológico, dispensando até mesmo as estruturas explicativas do positivismo jurídico.<sup>102</sup>

Ainda, tratando de Poder Constituinte, é possível observar autores que possuem uma visão teórica na qual atribuem a titularidade desse poder ao povo, entretanto, afirmam que não

---

<sup>99</sup> COSTA, Alexandre Bernardino. Poder constituinte no estado democrático de direito. **Veredas do direito**, v. 3, p. 31, 2005, p. 2

<sup>100</sup> Ibidem, p. 3

<sup>101</sup> COSTA, Alexandre Bernardino; ROSSI, Amélia Sampaio. Poder constituinte e democracia no constitucionalismo contemporâneo: o direito achado na rua. **Teorias Dos Direitos Humanos Em Perspectiva Interdisciplinar**, p. 157.

<sup>102</sup> Ibidem

é este quem o exerce, mas sim uma elite que impõe sua vontade.<sup>103</sup> Por outro lado, há autores que apenas negam a própria existência de Poder Constituinte, sob a ótica de um progresso de globalização onde existe um poder global que limitaria a soberania dos Estados.<sup>104</sup>

Diante disso, Bernadino-Costa, adepto do movimento Direito Achado na Rua, defende mais uma vez:

Nesta perspectiva, não é mais possível compreender o poder constituinte como força criadora da Constituição, senão marcado de maneira indelével por uma concepção democrática. Não existe verdadeiro exercício do poder constituinte senão para instalar originariamente uma Constituição democrática. Assim como não existe Constituição sem democracia, e nem democracia sem Direitos Humanos fundamentais. Todos estes termos se implicam mutuamente. A Constituição requer regime democrático, a democracia requer reconhecimento e respeito aos direitos fundamentais em todas as suas dimensões.<sup>105</sup>

Desta forma, cabe agora adentrarmos numa digressão acerca da Constituinte brasileira de 1988, bem como sua participação popular.

### 3.3 Processo Constituinte brasileiro de 1988

Importante retomarmos nesse momento, brevemente, um pouco da reflexão trazida no capítulo primeiro deste trabalho, especialmente no que envolve a análise do movimento Direito Achado na Rua em relação a existência de um direito oficial e um não oficial. Como já observamos, este movimento, que se fortaleceu na década de 1980, criticava vigorosamente o positivismo, sob o fundamento de que tal modelo intensificaria o processo de alienação, uma vez que posiciona as leis estatais como uma ferramenta condutora do bem comum, e não uma reprodução da vontade dominante.

Desta forma, não seria fundado buscar justeza no Direito oficial. Assim, Lyra Filho acreditava na ideia de que a sociedade é formada por uma diversidade de grupos e classes que

---

<sup>103</sup> FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. O poder constituinte. São Paulo: Saraiva, 1999 apud COSTA, Alexandre Bernardino; ROSSI, Amélia Sampaio. Poder constituinte e democracia no constitucionalismo contemporâneo: o direito achado na rua. **Teorias Dos Direitos Humanos Em Perspectiva Interdisciplinar**, p. 157

<sup>104</sup> AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2003 apud COSTA, Alexandre Bernardino; ROSSI, Amélia Sampaio. Poder constituinte e democracia no constitucionalismo contemporâneo: o direito achado na rua. **Teorias Dos Direitos Humanos Em Perspectiva Interdisciplinar**, p. 157

<sup>105</sup> COSTA, Alexandre Bernardino, Op cit, p. 164

se encontram em conflito constante; portanto, o Direito oficial/estatal não seria capaz de reproduzir a ânsia desses grupos, apenas os desejos das classes dominantes. Para o autor, a justiça se encontrava no reconhecimento de que o Direito não é único, em razão da pluralidade de grupos e classes, bem como apenas as leis não são capazes de reproduzir o Direito, por se tratarem de manifestação da vontade dominante. Portanto, a justiça se daria na constatação da existência de “um tensionamento entre um direito oficial e um direito não-oficial, de que o direito não poderia ser reduzido à lei, visto que o fenômeno jurídico deve ser percebido na própria tensão dialética entre a normatividade estatal e as normatividades não-estatais.”<sup>106</sup>

Após essa breve digressão, regressaremos ao tópico em questão, examinando-o à luz do que foi tratado.

A Constituinte de 1988, apesar de ser conhecida por sua grande participação popular, é objeto de diversas críticas, em virtude de ter deixado a desejar como “expressão da totalidade do povo brasileiro”.<sup>107</sup> João Gilberto Lucas Coelho, em seu texto intitulado “A Constituinte como organização da liberdade” (Parte da série *O Direito Achado na Rua, Introdução Crítica ao Direito*), esclarece que neste período os brasileiros enfrentavam diversos problemas, em razão do retardo político do povo e uma elite obstinada intransigente. Desta forma, o autor nos traz como exemplo a instituição do voto do analfabeto na Constituição de 1988, pois, apesar de se inaugurar esta possibilidade, não foram instituídas ferramentas palpáveis para que existisse a efetividade de aplicação deste direito.

Observa-se também que, apesar de terem sido inauguradas diversas ferramentas democráticas e de participação popular, como direitos amplos à informação, à associação, à iniciativa popular de leis, tais meios não são passíveis de alcançar grande parte da população que encontra-se marginalizada, excluída até mesmo das necessidades mais básicas de subsistência.

À época da promulgação da Constituição de 1988, era possível observar uma ambiente de muitas críticas, sobretudo a respeito das limitações de sua característica democrática. Tal

---

<sup>106</sup> COSTA, Alexandre Araújo; COELHO, Inocêncio Mártires. **Teoria dialética do direito: a filosofia jurídica de Roberto Lyra Filho**. 2017, p. 17

<sup>107</sup> COELHO, João Gilberto Lucas. A Constituinte como organização da liberdade. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. **Introdução crítica ao direito. Série O Direito achado na rua**, v. 1, 1993, p. 138

fato, inclusive, provocou que o Partido dos Trabalhadores (PT) à época fosse contrário à redação final do texto. Luiz Inácio Lula da Silva, constituinte naquele momento, fundamentou o posicionamento do partido e afirmou:

“—por entender que a democracia é algo importante — ela foi conquistada na rua, ela foi conquistada nas lutas travadas pela sociedade brasileira —, vem aqui dizer que vai votar contra esse texto, exatamente porque entende que, mesmo havendo avanços na Constituinte, a essência do poder, a essência da propriedade privada, a essência do poder dos militares continua intacta nesta Constituinte. Ainda não foi desta vez que a classe trabalhadora pôde ter uma Constituição efetivamente voltada para os seus interesses. Ainda não foi desta vez que a sociedade brasileira, a maioria dos marginalizados, vai ter uma Constituição em seu benefício.”<sup>108</sup>

Lula também demonstrou sua desconfiança quanto à relevância atribuída ao estabelecimento dos princípios, tão enaltecidos pelos constitucionalistas. Segundo ele, tais Princípios Gerais não asseguram a concretização da democracia tampouco a concretização de poucos princípios não asseguram que a classe trabalhadora desfrute de uma ordem verdadeiramente democrática.<sup>109</sup>

Assim, diante de uma Constituição que contém uma abundância de direitos fundamentais, verifica-se que não há garantia desses direitos na prática. Coelho menciona em seu texto que:

Numa aula, um aluno sugeriu-me recentemente “uma lei para garantir o cumprimento da Constituição” na ingênua falta de informação, a presença do que é uma consciência coletiva e generalizada no país: a Constituição não é cumprida no que garante e assegura, mas o é no que restringe e discrimina.<sup>110</sup>

Na década de 1980, era possível reconhecer no espaço público uma atmosfera de luta social, mecanismos de coordenação de reivindicações em oposição aos padrões burocráticos que permeavam a composição autoritária do convívio social. Ainda que de forma árdua, a coletividade se encaminhava de forma a alcançar sua legitimidade e sua singular manifestação política. Neste caminho, ocorreram ganhos e fracassos que manifestaram o ímpeto dessa sociedade dinâmica, a qual não aceitava a ordem então vigente fundamentada na subordinação

---

<sup>108</sup> SILVA, Luis Inácio Lula Da. Discurso proferido na sessão de 22 de setembro de 1988. Brasília: DANC de 23 de setembro de 1988, pp. 14313-14314, 1988 apud COSTA, Alexandre Araújo; COELHO, Inocêncio Mártires. **Teoria dialética do direito: a filosofia jurídica de Roberto Lyra Filho**. 2017, p. 17

<sup>109</sup> Ibidem

<sup>110</sup> COELHO, João Gilberto Lucas. A Constituinte como organização da liberdade. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. **Introdução crítica ao direito. Série O Direito achado na rua**, v. 1, 1993, p. 139

do direito ao poder estatal, observado na burocratização da justiça, violência policial e até mesmo na subordinação da jurisdição ao Estado. Desta forma, essa coletividade buscava novos parâmetros para essa cidadania, bem como sua exposição e prática.

Maria Célia Pinheiro Machado Paoli, em seu texto intitulado “Constituinte e direito: Um modelo avançado de legítima organização da liberdade?” (Parte da série *O Direito Achado na Rua, Introdução Crítica ao Direito*), demonstra que, ainda nos anos de 1980, os governantes elaboraram um modo de funcionamento do poder a fim de adaptar a necessidade de criação dos novos direitos com os limites autoritários de sua administração, isto é, um acordo profundamente pactuado entre os antigos donos do poder e os responsáveis pela política representativa. Assim, esse pacto firmado promoveu uma transição conservadora, a qual culminou em uma proposta de Constituinte realizada à sombra da manutenção da legislação autoritária precedente e com representantes políticos da ordem antecedente, com limitações a sua soberania e confundidos com um Congresso legislativo. Neste cenário, onde esse pacto é colocado a fim de tornar possível o contorno das novas demandas, o poder executivo realizou diversas práticas de controle social, competentes, burocráticas e politicamente impraticáveis.<sup>111</sup>

O contexto desse processo Constituinte está posto: “uma sociedade instável, diversa e viva que se encontra com um Estado burocrático, autoritário e conservador nas suas próprias intenções de mudança...”.<sup>112</sup> A Constituição de 1988 foi alvo de grande expectativa dos movimentos sociais a fim de se obter uma democracia comprometida com os novos direitos concebidos por estes movimentos, direitos que buscam uma articulação da diversidade na esfera pública.

Paulo Lopo Saraiva, em seu texto “A soberania popular e as garantias Constitucionais” (Parte da série *O Direito Achado na Rua, Introdução Crítica ao Direito*), estabelece uma crítica aos capítulos relativos a soberania popular e garantia constitucional. Conforme o autor, apesar da Constituição estabelecer diversos mecanismos de participação popular, como plebiscito, direito de iniciativa de leis, a ação popular, a existência de enorme burocracia parlamentar e legislativa afasta o povo das decisões nacionais. Ainda, afirma que, na ausência de um

---

<sup>111</sup> PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. Constituinte e direito: Um modelo avançado de legítima organização da liberdade? In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. **Introdução crítica ao direito. Série O Direito achado na rua**, v. 1, 1993, p. 140

<sup>112</sup> Ibidem

engajamento do representante com o seu representado, a democracia e o sistema representativo não funcionará adequadamente, e mais, a soberania popular não deve ser apenas um argumento pretensioso, mas sim efetivo, meio pelo qual o povo desempenhe seus direitos e prerrogativas constitucionais e legais.<sup>113</sup>

Desta maneira, o autor reconhece que as normas programáticas não poderiam ser incluídas no texto constitucional, pois tratando-se de direito à saúde, à moradia, ao trabalho, não se pode apenas proclamá-los, mas sim assegurá-los eficácia e os efeitos jurídicos esperados. Portanto, é debilitada a ideia de direitos sem garantia, deve-se haver instrumentos para concretização desses direitos. A realidade normativa deve equiparar-se à realidade social.

Diante do exposto, Saraiva afirma que os contornos obsoletos “do Estado Liberal, tais como: ‘todo poder emana do povo e em seu nome é exercido’ ou ‘todos são iguais perante a lei’, não têm mais lugar no constitucionalismo contemporâneo, que impõe definições e não promessas, decisões e não retórica, verdade e não mentira.”<sup>114</sup>

Não obstante, o movimento Direito Achado na Rua ansiava profundamente que a Constituição de 1988 fosse o espaço onde se encontraria a compatibilidade da divergência, do confronto, do debate, inclusive com grandes esperanças relacionadas às ferramentas de participação popular ali incluídas.

### 3.4 Os Movimentos Sociais e a Constituição de 1988

Em um trabalho realizado na UNB<sup>115</sup>, sob a orientação do professor José Geraldo de Sousa Júnior, foram entrevistadas lideranças de alguns movimentos sociais, como Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); Movimento Cultural Mercado Sul Vive (MCMSV); Promotoras Legais Populares; e por militantes do movimento LGBTI. Nesta tarefa foram realizadas algumas perguntas, dentre

---

<sup>113</sup> SARAIVA, Paulo Lopo. A soberania popular e as garantias Constitucionais In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. **Introdução crítica ao direito. Série O Direito achado na rua**, v. 1, 1993, p. 141

<sup>114</sup> Ibidem, p. 143

<sup>115</sup> NOVAES, Miguel Filipi Pimentel. A Concepção Jurídico-Constitucional dos Movimentos Sociais sobre a Luta por Direitos. **“Todo o poder emana do povo”: Pontos e contrapontos entre a hermenêutica Constitucional pós-positivista e o Constitucionalismo Achado na Rua**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, 2017

elas se perguntou “O que é Constituição?” e as respostas permeiam sensivelmente as informações já tratadas aqui.

Foi possível observar a princípio que as conclusões se deram sob a referência da Constituição da República de 1988, baseadas em seus direitos e garantias, bem como suas limitações.

Os entrevistados não negaram a aparência principiológica e garantidora de direitos da Constituição, entretanto um elemento fundamental que surgiu nas declarações consistiu na descrença que os movimentos sociais possuem da Constituição. O entrevistador sugere que tal questão se deve ao desconhecimento do conteúdo e direitos ali mencionados, consequência da recusa contínua de aplicação desses direitos aos grupos mais vulneráveis, assim estes direitos seriam praticados somente por estipulados setores da sociedade. Inclusive ocorreram declarações afirmando que os direitos e garantias afirmados ali não passavam de mero “trunfo argumentativo”, uma vez que as prerrogativas ali presentes não contemplam a integralidade da população.

Da mesma forma, manifestaram-se opiniões nas quais classificaram a Constituição como uma constituição fraca, em razão de sua incapacidade de impor força e acabar consentindo com as notórias violações aos direitos nela contidos. À vista disso, os entrevistados mencionados declararam de maneira uníssona que a Constituição não é democrática. Nesta perspectiva, Novaes desenvolve:

Para tanto, um dos fundamentos que surgem é a própria falha estrutural no sistema representativo do Estado brasileiro, onde os responsáveis pelas formulações de políticas públicas, que deveriam promover o acesso aos direitos constitucionais a toda a população, já teriam estes direitos devidamente garantidos, sem contar as regalias que muitas vezes usufruem. Ou seja, faltaria representatividade real nos espaços de decisão, o que contribui para a manutenção da desigualdade social, sendo esta situação permitida pelo formato constitucional atual.<sup>116</sup>

Essa ausência de democracia é esclarecida como consequência das classes oprimidas não se encontrarem nesta Constituição, em outras palavras, há uma parte da sociedade que não reconhece o Direito posto, tanto porque os foram negados continuamente, quanto por não

---

<sup>116</sup> NOVAES, Miguel Filipi Pimentel. A Concepção Jurídico-Constitucional dos Movimentos Sociais sobre a Luta por Direitos. **“Todo o poder emana do povo”: Pontos e contrapontos entre a hermenêutica Constitucional pós-positivista e o Constitucionalismo Achado na Rua.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, 2017, p. 33



observarem maneiras tangíveis de modificarem as normas postas, mesmo com as ferramentas disponibilizadas no texto constitucional.

Em conclusão, tal pesquisa evidenciou que, para os líderes dos movimentos entrevistados, a fim de se alcançar uma Constituição verdadeiramente democrática, seria fundamental, primeiramente, “ampliar o significado atual de democracia e, em um segundo momento, promover a edição de uma norma fundamental que, de fato, englobe as reivindicações de todos aqueles que vivem sob a sua ordem e que seja capaz de se concretizar.”<sup>117</sup>

### 3.5 O Constitucionalismo Achado na Rua

Apesar dos anseios e esperanças atribuídas à Constituição de 1988, depois de mais de trinta anos de sua promulgação, observa-se que o cenário social se transformou, assim como o sentido histórico de sua Constituinte.

Desta forma, surge o Constitucionalismo Achado na Rua a partir do movimento Direito Achado na Rua, absorvendo as propostas de “uma corrente jurídica nascida na Universidade de Brasília, mas que possui como reais construtores os grupos excluídos, os movimentos sociais, a juventude, os pobres, os povos indígenas, os trabalhadores/as, ou seja, o povo.”<sup>118</sup>

O Constitucionalismo Achado na Rua se constitui a fim de refletir sobre este cenário de transformação social e revelar um combate constitucional dos movimentos sociais. Tal movimento conserva um projeto mais profundo para realização de uma Constituinte, concebida por uma vitória da sociedade civil organizada pelos movimentos sociais, criadores autênticos do Direito. O resultado desse processo seria “um direito concreto ou propostas reais para uma constituinte, não somente uma norma.”<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup> Ibidem, p. 35

<sup>118</sup> LEONEL JÚNIOR, Gladstone; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. A luta pela constituinte e a reforma política no Brasil: caminhos para um constitucionalismo achado na rua. **Rev. Direito e Práx.**, Vol. 08, N. 2, 2017, p. 1008-1027, p. 1314

<sup>119</sup> Ibidem, p. 1314

Pedro Lacerda e Sérgio Cruz, em seu texto elaborado a partir do trabalho realizado no *Seminário Internacional O Direito como Liberdade: 30 anos de O Direito Achado na Rua*, trazem uma justificativa para o insucesso desse modelo de Constituição adotado:

O desgaste do modelo neoconstitucionalista europeu trouxe à América do Sul a necessidade de repensar sua estrutura constitucional. É perceptível como as disposições filosóficas aplicadas ao direito europeu não são capazes, através de um simples amolde, de satisfazer as necessidades dos povos latino-americanos. Apesar da insistência do Norte global em instituir sua produção de conhecimento em suas antigas colônias, um movimento epistêmico disruptivo já vem sendo ensaiado em diferentes graus na América Latina.<sup>120</sup>

Ressalte-se que, ao tratarmos de componentes colonizados, podemos observar o próprio Poder Constituinte para as Constituições latino-americanas, em virtude de inclusão de elementos liberais e iluministas nelas, ignorando completamente os elementos intrínsecos ao território.

A despeito do término da colonização, os pensamentos eurocêntricos permaneceram centrais na produção normativa na América Latina. A Europa obteve como efeitos vitoriosos da colonização sua influência na população latino-americana, no que diz respeito à estrutura de pensamento e ação.<sup>121</sup>

Este paradigma de colonialidade, exercido sob forma de influência, pode ser explicado da seguinte maneira:

A lógica de dominação colonial, segundo Aníbal Quijano (2000, p.242-286), passa por três vias: a primeira se trata da colonialidade do poder, onde a estrutura hegemônica colonial obtém o controle econômico e político dos emergentes; a segunda via diz respeito à colonialidade do saber, onde se tem controle do conhecimento da produção científica, certamente centrada na Europa, tratada de tal maneira que qualquer conhecimento produzido originalmente em países emergentes é tratado como provinciano; a terceira via se trata da colonialidade do ser, onde por meio das duas vias anteriores, como resultado final, se tem o controle da subjetividade dos povos colonizados. Esse controle subjetivo e substancial, de certa forma, limita a produção tanto de poder quanto do saber, e assim, essas duas vias também o fazem com o ser. Assim, as três vias da colonialidade são intrínsecas e complementares,

---

<sup>120</sup> LACERDA, Pedro Viçthor Gomes; CRUZ, Sérgio Ricardo de Freitas. *Constitucionalismo Achado na Rua: Perspectivas Emancipatórias. Seminário Internacional O Direito como Liberdade: 30 anos de O Direito Achado na Rua*, Brasília, 2020, p.2

<sup>121</sup> LACERDA, Pedro Viçthor Gomes; CRUZ, Sérgio Ricardo de Freitas. *Constitucionalismo Achado na Rua: Perspectivas Emancipatórias. Seminário Internacional O Direito como Liberdade: 30 anos de O Direito Achado na Rua*, Brasília, 2020.

tornando difícil a quebra da lógica colonial no modelo de sociedade latino-americano.<sup>122</sup>

Destarte, é necessário examinar a ingerência europeia que se estabelece na criação jurídico-normativa na América Latina. Importante lembrar que, originariamente, as movimentações reivindicantes constitucionalistas eram compostas por uma classe burguesa interessada em ampliar e concretizar seus próprios interesses, não os de toda a sociedade. Assim, a organização de uma Constituição embasada em um modelo europeu provoca diversas complicações, especialmente por não levar em consideração questões fundamentais, como região, povo e cultura. Isso acarreta respostas problemáticas à questões que se impõem.

Após a ditadura, fortemente influenciado pelo constitucionalismo pós-bélico europeu, o Brasil, assim como boa parte da América Latina, elaborou uma nova constituição. Entretanto, não podemos nos enganar e afirmar que trata-se de uma Constituição protetora dos direitos dos oprimidos, pois, para o Direito Achado na Rua, este neoconstitucionalismo serviu para fortalecer a atuação de um Poder Judiciário mais ativo, possibilitando o domínio da constituição pela classe dominante.

Desta forma, a fim de se dar um passo fundamental com o intuito de transpor essa “colonização”, seria necessária uma renúncia a essa proposta constitucional que não responde genuinamente aos anseios do povo, seja por meio da sociedade civil organizada ou por novas maneiras de se refletir a construção jurídica local, ou seja, o direito não oficial.

Baseados nesse pensamento, Lacerda e Cruz dispõem:

O constitucionalismo necessário e iminente à América Latina não é aquele outrora puramente positivista, mas um constitucionalismo pautado nas reivindicações populares e nos movimentos sociais. Reconhecer as necessidades restaurativas do povo que, há séculos, sofre com a violência colonial, é essencial na construção de uma unidade nacional; unidade essa, que não significa homogeneização, mas a coexistência e o pluralismo dos coletivos historicamente excluídos das pautas públicas de poder.<sup>123</sup>

---

<sup>122</sup> QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder y clasificación social”. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000 apud LACERDA, Pedro Viçtor Gomes; CRUZ, Sérgio Ricardo de Freitas. *Constitucionalismo Achado na Rua: Perspectivas Emancipatórias. Seminário Internacional O Direito como Liberdade: 30 anos de O Direito Achado na Rua*, Brasília, 2020.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 6

Sendo assim, seria necessária a busca de uma atribuição de um constitucionalismo que não seja meramente figurativo, mas que alcance efetivamente a vontade popular, e, além disso, busque uma justiça social e resguarde os direitos adquiridos.

Para Bernardino-Costa, a fim de se instituir uma sociedade genuinamente democrática, um fator primordial é a seriedade com que os integrantes devem dispor. Para ele, a prática constitucional que inova o direito não se dá exclusivamente através das instituições estatais, mas sim produzida no bojo da sociedade, nas lutas dos movimentos sociais, nas ruas, local em que os indivíduos vivem sua autolegislação.<sup>124</sup>

### **3.6 Hermenêutica e Judicialização das Lutas Sociais**

Importante ressaltar que a Constituição de 1988, acompanhada do seu caráter principiológico, nos trouxe para o tema da hermenêutica, ou seja, para a construção de uma interpretação do Direito oficial. Em função disso, vimos com o passar do tempo o fortalecimento do controle judicial de constitucionalidade que transformou-se em papel central na ordem política atual.

Assim, nestes últimos 30 anos de Constituição, foi possível observar uma expansão do argumento constitucional que fortalece o ativismo judicial, enquanto esse mesmo fortalecimento estabelece um desenvolvimento de ordens teóricas e práticas aptas a fundamentar e organizar essa atividade. Neste cenário, essas categorias empregadas acabaram canalizando um reconhecimento acentuado aos magistrados, que encarregaram-se o papel de porta-vozes do sentido adequado da lei e responsáveis pela autêntica execução dos princípios constitucionais.<sup>125</sup>

Araújo-Costa sustenta que a reviravolta principiológica apresentou fraqueza quando o protagonismo judicial se encontrou relacionado a uma simplicidade hermenêutica, a qual não observou um fator fundamental: é inviável uma interpretação objetiva da norma. Os juízes e demais juristas tendem a evidenciar a função do direito e da interpretação das leis na organização do Estado Democrático de Direito, entretanto, não observam que o que denominam

---

<sup>124</sup> COSTA, Alexandre Bernardino. Poder constituinte e democracia: um debate necessário. 2006.

<sup>125</sup> COSTA, Alexandre Araújo; COELHO, Inocêncio Mártires. **Teoria dialética do direito: a filosofia jurídica de Roberto Lyra Filho**. 2017.

de realização do direito pode acarretar processos decisórios extremamente arbitrários, efetuados sob a justificativa de cumprimento dos princípios constitucionais.

Cabe destacar que, para o autor, a própria tradição jurídica que estamos imersos prioriza explicações que exibem as decisões judiciais como um mero exercício de interpretação/aplicação de normas e pactuam com o atributo técnico da dogmática jurídica e do discurso hermenêutico que ela mesma produz.

Araújo-Costa argumenta que essa manifestação hegemônica encontra-se fundada no pressuposto constitucionalista de que o povo é munido de um poder constituinte originário que concede legitimidade objetiva aos escritos constitucionais concebidos por seus representantes ou confirmados através do voto popular. Além disso, tal poder explicaria a atividade judicial capaz de conceder eficácia às normas constitucionais.

Desta forma, é possível chegar novamente ao pensamento lyriano para reflexão sobre a temática:

Lyra Filho contestava essa ligação dogmática entre a constituição e o povo ao afirmar que o espírito do povo é —um fantasma utilíssimo!, que, —não por mera coincidência, atribui ao povo o que estabelecem os mores da classe e grupos dominantes (1981b, p. 18). A dogmática jurídica não pode colocar em questão a validade objetiva das normas constitucionais e das regras elaboradas conforme o processo legislativo que elas estabelecem, e que termina por cristalizar os interesses dos grupos dominantes. O discurso jurídico tipicamente envolve um debate constante acerca de qual é a devida interpretação dos textos jurídicos, especialmente dos constitucionais, mas não pode conter um debate sobre a validade da própria ordem jurídica estatal.<sup>126</sup>

Nessa conjuntura, vale a pena observar novamente o pensamento lyriano a fim de refletir sobre este tema. Para o expoente do Direito Achado na Rua, esses mecanismos de hermenêuticas não eficazes para possibilitar uma crítica radical do direito interpretado e a própria justiça pede que o próprio direito seja superado, não apenas sua face dogmática. Portanto, não é possível observar o constitucionalismo como componente emancipatório, sendo necessária a construção de orientações de crítica social que não utilizem somente dos princípios do constitucionalismo, mas também sejam empregados elementos relacionados imediatamente à soberania popular.<sup>127</sup>

---

<sup>126</sup> COSTA, Alexandre Araújo; COELHO, Inocêncio Mártires. **Teoria dialética do direito: a filosofia jurídica de Roberto Lyra Filho**. 2017, p. 98

<sup>127</sup> Ibidem

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou demonstrar o que é o movimento Direito Achado na Rua e como sua visão crítica acerca dos acontecimentos na ditadura influenciaram uma nova forma de pensar o direito a partir do pluralismo jurídico, culminando em uma análise acerca da Constituição de 1988.

No primeiro capítulo, apresentamos quem é o movimento Direito Achado na Rua e suas principais pautas. Abordamos sua origem na Universidade de Brasília, sua crítica aos modelos juspositivista e jusnaturalista, além de entender o grande papel que as atividades de extensão, por meio do Núcleos de Prática Jurídica exercem na faculdade de direito a fim de se construir uma educação emancipatória. Por fim, compreendemos um pouco o que seria a dialética em Lyra Filho.

Já no capítulo seguinte, foi possível observar uma análise crítica às violações de direitos humanos, ofensas e opressões contra grupos vulneráveis, baseada na leitura do Direito Achado na Rua. Neste capítulo tiveram destaque o movimento feminista, os grupos indígenas, os camponeses. Abordamos também as lutas sindicais que ocorreram no regime militar, os movimentos estudantis, além da resistência negra e LGBTQ+. Por fim, tratamos sobre a Comissão Nacional da Verdade que se deu no Brasil, elaborando críticas acerca da Justiça de Transição no país comparada à de outros países na América Latina.

No terceiro e último capítulo buscamos retratar, previamente, a definição de Poder Constituinte, atrelando sua importância ao processo democrático e de legitimidade. Em seguida, tratamos acerca do Processo Constituinte de 1988, além de apresentar críticas do movimento Direito Achado na Rua à própria Constituição resultante. A visão de alguns movimentos sociais em relação à Constituição de 1988 também foram abordados. O Constitucionalismo Achado na Rua, conceito derivado do movimento em destaque, foi analisado no presente trabalho, com o intuito de associá-lo às críticas à Carta Magna.

Por fim, no último capítulo, foi apresentado papel da hermenêutica constitucional, a partir do Direito Achado na Rua, na judicialização dos conflitos sociais, pretende finalizar o

trabalho demonstrando, sob o olhar do movimento, pontos frágeis do processo Constitucional brasileiro, que escapam aos olhos dos modelos jurídicos tradicionais.

Ao realizar o presente trabalho, fomos capazes de analisar algumas fases do movimento Direito Achado na Rua, desde de sua concepção, com críticas ao Direito oficial autocrático da Ditadura, até a redemocratização, na qual o movimento teve que realizar uma nova reflexão. Neste momento de Nova República, o Direito Achado na Rua teve que repensar o Direito a partir de uma constituição que de propôs participativa e inclusiva, mas que mesmo dentro de sua proposta ainda apresentava falhas, como abordamos no capítulo 3. O movimento, portanto, busca agora refletir um Direito, não apenas formalmente, mas materialmente democrático dentro da atual democracia, levando em consideração o papel atual dos movimentos sociais e o contexto latino-americano que vivemos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ato Institucional nº AI - 1, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 9 de abril de 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)

CALHEIROS, Orlando. "No Tempo da Guerra": Algumas Notas Sobre As Violações Dos Direitos Dos Povos Indígenas E Os Limites Da Justiça De Transição No Brasil. **Revista Verdade, Memória e Justiça**, [s. l.], v. 9, 2015

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. O grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico. 2006. 196 f. **Dissertação (Mestrado em História)** - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006

CIOCCARI, Marta. Reconstruindo Memórias Traumáticas: Camponeses e o Regime Militar. **Retratos de Assentamentos**, [s. l.], v. 18, ed. 2, 2015

COSTA, Alexandre A.; COELHO, Inocência M. **Teoria Dialética do Direito. A filosofia jurídica de Roberto Lyra Filho**. Brasília: Faculdade de Direito - UNB, 2017

COSTA, Alexandre Bernardino. Poder constituinte no estado democrático de direito. **Veredas do direito**, v. 3, p. 31, 2005

COSTA, Alexandre Bernardino; ROSSI, Amélia Sampaio. Poder constituinte e democracia no constitucionalismo contemporâneo: o direito achado na rua. **Teorias Dos Direitos Humanos Em Perspectiva Interdisciplinar**

DE ALMEIDA, Philippe Oliveira. A “Filosofia Cristã” Contra O Autoritarismo: O Estado Novo E O Regime Militar Na Obra De Mata Machado. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, N. 64, P. 253-280, 2014



DIAS FILHO, Antonio Jonas. Sobre os viventes do Rio Doce e da Fazenda Guarany: dois presídios federais para índios durante a Ditadura Militar. 2015. 255 f. **Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, 2015

FEITOZA, Pedro Rezende Santos. **O Direito como modelo avançado de legítima organização social da liberdade: a teoria dialética de Roberto Lyra Filho**. 2014. 144 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014

FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados — (Coleção polêmicas do nosso tempo), 1989. v. 33

GREEN, James N., QUINALHA, Renan Honório 2015. Homossexualidades, repressão e resistência durante a ditadura. In Relatório, ed. **Comissão da Verdade do Rio de Janeiro**, 151–161. Rio de Janeiro: Comissão da Verdade do Rio, p. 2

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. no 2001, n. 61, p. 147-162, 2001

LACERDA, Pedro Viçthor Gomes; CRUZ, Sérgio Ricardo de Freitas. Constitucionalismo Achado na Rua: Perspectivas Emancipatórias. **Seminário Internacional O Direito como Liberdade: 30 anos de O Direito Achado na Rua**, Brasília, 2020

LACERDA, Rosane Freire. Diferença não é incapacidade: gênese e trajetória histórica da concepção da incapacidade indígena e sua insustentabilidade nos marcos do protagonismo dos povos indígenas e do texto constitucional de 1988, Brasília: UNB, 2vI, 2007

LEMO, EDUARDO XAVIER. **Direito achado na rua, pluralismo jurídico, teoria crítica dos direitos humanos e a luta por direitos no Presídio Regional de Pelotas**. 2012. 206, [10] f., il. Dissertação (Mestrado em Direito) —Universidade de Brasília, Brasília, 2012,

LEONEL JÚNIOR, Gladstone; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. A luta pela constituinte e a reforma política no Brasil: caminhos para um constitucionalismo achado na rua. **Rev. Direito e Práx**, Vol. 08, N. 2, 2017, p. 1008-1027

LYRA FILHO, Roberto. 1982. **O Que é Direito**. 1ª. Edição, Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & sociedade**, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009

MEMÓRIA da ditadura ajuda jovens a ter dimensão real do valor da democracia, diz ex-reitor da UnB.[S.l.],2014 isponível em: <https://odireitoachadonarua.blogspot.com/2014/11/memoria-da-ditadura-ajuda-jovens-ter.html>. Acesso em: 26 out. 2020

MIRANDA, Adriana Andrade et al. **Introdução crítica ao direito das mulheres**. Brasília: CEAD, FUB, 2011

MOMESSO, Luiz. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. **Clio-Série Revista de Pesquisa Histórica**, n. 26-1, 2008

NORONHA, Eduardo; ERVOLINO, Ivan. O poder sindical na ditadura e na transição política brasileira. **O Golpe de 1964**

NOVAES, Miguel Filipi Pimentel. A Concepção Jurídico-Constitucional dos Movimentos Sociais sobre a Luta por Direitos. **“Todo o poder emana do povo”: Pontos e contrapontos entre a hermenêutica Constitucional pós-positivista e o Constitucionalismo Achado na Rua**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, 2017

\_\_\_\_\_.OAB Ensino Jurídico: Parâmetros para Elevação de Qualidade e Avaliação. Brasília: Conselho Federal da OAB 1993

ONIAS, Gabriela Samira. A Política do medo no Sistema Penal Brasileiro como instrumento de manutenção do Racismo e encarceramento em massa. **O Direito como Liberdade: 30 anos de O Direito Achado na Rua, Brasília, 2020**

PAULA, Adriana das Graças. Os Movimentos de Mulheres na Ditadura: uma análise sobre as Mães da Praça de Maio (Argentina) e o Movimento Feminino pela Anistia (Brasil). **Anais do**

**II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**, [s. l.], 2016. Disponível em: [https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/PAULA\\_II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-América-Latina.pdf](https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/PAULA_II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-América-Latina.pdf).

PEDRETTI, Lucas. Silêncios que gritam: apontamentos sobre limites da Comissão Nacional da Verdade a partir de seu acervo. **Revista do Arquivo, São Paulo, Ano II**, n. 5, p. 62-76, 2017.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro. **Rev. Direito Práx.** Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1054-1079, 2018, p. 1060

RIBAS, LUIZ OTÁVIO. Assessoria jurídica popular universitária. **Captura Críptica: direito, política e atualidade**. Florianópolis, v. 1, n. 1, jul./dez. 2008, p.253

SANTOS, Boaventura de Sousa; OLIVEIRA, João Marcos Veiga de; SÜSSEKIND, Maria Luiza. Entrevista com Boaventura de Sousa Santos para ANPed/Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, 2019.

SANTOS, Jordana De Souza. A Repressão Ao Movimento Estudantil Na Ditadura Militar. **Revista Aurora**, v. 3, n. 1, 2009

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito**. 2008. 338 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008

SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015. v. 7

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. **Introdução crítica ao direito. Série O Direito achado na rua**, v. 1, 1993

SOUZA, Nathalia Karollin Cunha Peixoto de; COSTA, Paulo Sérgio Weyl Albuquerque. **As diferenças entre o marxismo jurídico de Roberto Lyra Filho e Márcio Bilharinho Naves**. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro , v. 10, n. 4, p. 2818-2857, 2019

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000